



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 30

Sessão Ordinária de Abril

4ª Reunião de 19-05-1999

Aos dezanove dias do mês de Maio de mil novecentos e noventa e nove, nesta cidade de Aveiro, no Auditório 2 do Centro de Cultural e de Congressos, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, presidida pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos na qualidade de Presidente da Mesa, pelo mesmo não estar presente, secretariado pelo Vogal António Sousa Dinis Correia na qualidade de Primeiro Secretário e pelo Vogal Raúl Ventura Martins na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Fernando Cardoso Leitão Miranda, António Ildebrando Nunes Costeira, João Alberto Simões Barbosa, Henrique Manuel Morais Diz, Jorge Carvalho Arroteia, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Victor Manuel da Silva Martins, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Diogo Manuel Santos Soares Machado, Luís Miguel Capão Filipe, Dinis Marques, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18:45 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Manuel Júlio Braga Alves, Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Rogério Mário Madaíl da Silva, Fernando Vieira Ferreira, Armando Manuel Dinis Vieira, João Pedro Simões Dias, Jorge Manuel do Nascimento, Manuel Simões Madaíl e Élio Manuel Delgado da Maia.

Seguidamente o Presidente da Mesa deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentadas pelos vogais Nuno Teixeira Lopes Tavares, Álvaro Patrício do Bem e Luís Miguel Capão Filipe as quais foram aceites e consideradas justificadas.

Continuando o Sr. Presidente da Mesa deu nota de toda a correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente, queria fazer uma interpelação à Mesa. É evidente que o que vou dizer não tem nada contra os membros que aqui estiveram na hora certa, nem tem nada contra os membros da Assembleia que por motivos justificados não estão presentes aqui, mas está-se a caminhar pouco a pouco para a falta de regras e as regras estão determinadas, estão explícitas - a Assembleia é convocada para uma hora; há meia hora de tolerância e ao fim dessa meia hora de tolerância é feita a chamada dos membros da Assembleia.

Não costumo estar aqui às seis; faço os possíveis por estar bastante antes das seis e meia, para que caso haja quorum se possam começar os trabalhos.

Mas como disse, isto começa a não ter “nem rei nem roque”; aqui há dias aconteceu o que aconteceu - fez-se a chamada já bastante tarde e aconteceu o que todos os membros da Assembleia sabem. Esse assunto foi resolvido com um acordo de cavalheiros de que a chamada passaria a ser feita às seis e meia. Ora, esse acordo não foi respeitado. Portanto, chamo à

atenção da Mesa, para que daqui para o futuro cumpra esse acordo, porque se a chamada voltar a ser feita às sete menos cinco - quase uma hora depois da hora de chamada, eu serei obrigado a tomar uma atitude (de me ausentar), e de impugnar decisões eventuais de uma Assembleia, cuja chamada seja feita fora dos limites regimentais. Portanto, deixo aqui o aviso, já que através do acordo de cavalheiros não resolveram as coisas.”

Vogal João Barbosa:

“Sr. Presidente, dá-me licença para fazer também uma interpelação à Mesa. Eu queria fazer minhas as palavras do Sr. Salavessa, e quero chamar à atenção, que o que se tem passado ultimamente nas chamadas e no tempo de chamadas para esta Assembleia, tem sido uma falta de respeito por todos aqueles que tentam cumprir. E isto é grave porque há um regimento para ser cumprido, no mínimo! Marca-se para uma hora; faz-se a chamada depois de uma hora, continua-se a fazer cada vez pior (na última reunião foi passado um quarto de hora, agora foi passado meia hora depois de ter expirado o prazo), e eu pergunto ao Sr. Presidente da Mesa, se futuramente vamos fazer a chamada no tempo certo (é para definir) ou vamos fazer a chamada quando houver quórum? Eu gostava de saber se realmente vai acontecer assim. E até era bom, que as pessoas passassem pelas Assembleias de Freguesia, para ver e para aprenderem a disciplina e a correcção que existe nessas Assembleias.”

Presidente da Mesa:

“Fica registado o protesto destes oradores e como a responsabilidade da Mesa em funções neste momento, é bastante relativa como sabem, eu abstenho-me de dar as respostas às questões que foram formuladas, mas obviamente fica registado.”

Entretanto entrou na sala o vogal António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre.

PONTO N.º 3 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 1998.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião na reunião extraordinária de 30-03-99, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal e faz parte do original desta acta em anexo).

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito rapidamente uma vez que o relatório foi distribuído e creio que toda a gente teve a oportunidade de o estudar; eu gostava só de sublinhar alguns dos aspectos desse relatório.

Desde logo em relação à parte dos Serviços Municipalizados, relativa à água, é de frisar que o abastecimento de água neste momento serve noventa e oito por cento da população e que ao longo deste ano se procedeu a uma significativa renovação da rede, uma vez estabilizada - digamos assim, e alcançada a quase total cobertura do abastecimento de água à população. Naturalmente a actividade desenvolvida tem sido no sentido da renovação da rede, que foi feita em sectores importantes e também na modernização dos respectivos sistemas de gestão. Designadamente, inaugurámos recentemente, mas também aqui o concurso e os trabalhos foram feitos durante o ano de noventa e oito; o sistemas de telegestão, que está sediado no Silval, em Oliveirinha, e que permite a detecção de roturas e de falhas, neste caso nos sistemas de depósito mais longínquos: Nariz e S. Jacinto, através de sensores de computador, permitindo mesmo abrir e fechar válvulas e portanto, temos instituído um sistema, que permite além de uma óbvia diminuição das perdas, porque a capacidade de detecção e de reacção é muito maior, também uma melhor gestão dos recursos humanos.

Vale a pena visitar, o sistema impressiona, o grau de modernidade e automatismo que foi conseguido. Neste momento este sistema de telegestão, está apenas implantado ao nível dos grandes depósitos, a fase seguinte será implantá-lo também, ao nível da rede de distribuição, para que também aí, através de sensores instalados em locais estratégicos, cada vez que há uma rotura na rede de distribuição de água, seja possível imediatamente os Serviços serem alertados e bloquearem a fuga de água, encerrando a conduta em causa.

Portanto, é uma inovação importante que vale a pena registar no sistema de abastecimento de água.

No Sector do Saneamento; alcançámos em noventa e oito uma taxa de cobertura de setenta e seis por cento da população e mantemos o objectivo de no ano dois mil estarmos nos oitenta e cinco por cento e no fim do mandato, talvez noventa por cento - o que seria excelente.

Foram construídos dois mil e quatro ramais novos e ampliado o sistemas de drenagem em cerca de trinta quilómetros, que correspondem a cerca de mais vinte mil novos utilizadores (dezanove mil, quinhentos e sessenta e nove).

No Sector dos Transportes, gostava de frisar também que se procedeu ao inicio da renovação da frota; de facto entraram ao Serviço quatro autocarros da nova geração, de piso rebaixado, mais confortáveis, com outra estética. A idade média dos nossos autocarros, vem aí descrita e é bastante antiga - quinze anos, se não estou em erro. E portanto iniciou-se um processo que é muito importante.

Além disso, como sabem também, em noventa e oito abrimos um concurso e já foram entregues em noventa e nove, os primeiros “mini-bus” e estão mais quatro encomendados. É um sistema que queremos modernizar e queremos modificar, porque, a verdade é que os números também mostram, não vale a pena escondê-lo, houve uma diminuição do número de passageiros - não é muito significativa, mas é uma diminuição que tem uma razão objectiva e que se explica, que é a abertura de duas novas escolas em Eixo - a C+S de Eixo - e o Colégio D. José I, em S.^{ta} Joana, e portanto isso fez com que muitos dos utilizadores ficassem mais próximos das escolas respectivas e deixassem de ter necessidade de utilizar os autocarros. Em todo o caso, todo o sistema de transportes e de mobilidade em Aveiro, está a ser revisto, sobretudo a implantação desta frota de “mini-bus”, articulada com os parques periféricos de estacionamento, que isso conseguisse trazer uma maior velocidade comercial aos autocarros. Os “mini-bus” só por si já vão permitir novos circuitos em sectores onde anteriormente os autocarros não penetravam: como os bairros da Beira Mar, Forca Vouga, etc., e portanto pensamos que estamos a dar os passos necessários para que de facto todo o sistema de transportes em Aveiro, se modifique. Tudo isto não deve perder de vista o estacionamento e as passagens desniveladas e eventualmente a criação de corredores “bus”, que também está a ser equacionado.

Depois gostava de dizer que a situação financeira dos Serviços Municipalizados está estabilizada, não há grandes evoluções (há uma evolução negativa, mas ela não é muito significativa). Há de facto este ano um déficite de noventa e um mil contos, mas que não é muito grave, sobretudo quando toda a gente sabe que o Sector dos Transportes, é cronicamente deficitário, e que este aumento do déficite se deveu sobretudo ao aumento dos custos com pessoal e recordam-se durante o ano fomos obrigados - até para repor uma situação de legalidade, a contratar mais agentes únicos, e também ao aumento das amortizações que foram efectuadas na sequência da reavaliação do imobilizado corpóreo, nos termos de uma lei de noventa e oito; isto fez com que o resultado da exploração se agravasse um pouco. Se bem me recordo no ano passado estávamos com setenta mil contos, este ano estamos com noventa e um mil - é essa a explicação, não é muito grave, nada de estrutural na empresa se passou, que justifica esta degradação da situação financeira.

De resto queria também registar com agrado, que a empresa tem estado muito preocupada com a qualidade do Serviço Público que presta, nas três dimensões: quer na parte da água (e os controles da qualidade da água foram sistemáticos este ano); quer ao nível do saneamento, em

que roturas e o grau de eficiência técnica das ETARs foram também sistematicamente referidos; e também nos transportes por razões que acabei de citar.

Estivemos também atentos aos nossos funcionários, houve inúmeros cursos de formação profissional que é necessária, dada a composição do balanço social que também é patente neste relatório, e ainda por cima foi possível à empresa candidatar-se, e ver aprovados dois projectos no âmbito do Aveiro - Cidade Digital, um deles em colaboração com a Universidade, justamente se me recorde para controlar os parâmetros de qualidade da água e um outro para conseguir uma troca de bases de dados, para uma gestão mais integrada de todos os clientes.

Em jeito de conclusão, já ontem aqui se falou nisso, mas uma vez que se relaciona directamente com os Serviços, não queria deixar de frisar, que foi o ano, nestes últimos três anos, em que a Câmara Municipal conseguiu, apesar das dificuldades financeiras, transferir mais dinheiro para os Serviços Municipalizados - transferimos cento e trinta e um mil contos, e há aqui uma nota de facto do Revisor Oficial de Contas que pode induzir em erro: setenta e cinco por cento do PROCENTRO em noventa e sete e noventa e oito, corresponde a duzentos e três mil contos - diz a nota que a Câmara Municipal de Aveiro, só transferiu para os SMA em noventa e sete e noventa e oito, cento e sessenta e cinco mil, mas em noventa e sete - do PROCENTRO, só foram transferidos sessenta e dois e trezentos, em noventa e oito foram transferidos, cento e três seiscientos e sessenta e quatro. E é a soma destes cento e três, mais os sessenta e dois de noventa e sete que dá os cento e sessenta e cinco mil.

Portanto, não tenho dúvidas em afirmar, que foi o ano em que apesar de tudo e apesar de não termos cumprido de facto, aquilo que estava previsto no orçamento, em que a Câmara conseguiu transferir mais dinheiro para os Serviços Municipalizados.

E para já gostava de ficar por aqui. Muito obrigado.”

Entretanto entrou na sala o vogal Pedro Machado Pires da Rosa.

Vogal João Barbosa:

“Sr. Presidente. Sr. Presidente da Câmara. Meus Senhores. Estamos aqui a falar nos Serviços Municipalizados e o Sr. Presidente da Câmara chamou à atenção e disse-nos que tem sido uma estrutura de excelentes trabalhos. Nós durante os anos que temos estado aqui, temos louvado sempre a actuação dos Serviços Municipalizados, mas se calhar temo-nos enganado um bocadinho. E eu queria chamar aqui à atenção, que a meu ver não tem sido assim um excelente trabalho como se pode apregoar, e principalmente, em saneamento público. Porque nós discutimos aqui, o que se faz, quando também se devia discutir, como se faz. E como se faz, eu acho que tem havido uma gestão quase desastrosa.

É desastrosa, com prejuízos muitas vezes se calhar, não para os Serviços Municipalizados, mas para prejuízos constantes para a Câmara e para os habitantes do Concelho. Já chamámos aqui diversas vezes à atenção, para a maneira como os Serviços fazem os saneamentos e a maneira como deixam as estradas. Hoje cada vez mais as pessoas reclamam e se calhar a Câmara depois tem que abarcar com esse prejuízos.

Isto vem a propósito de um artigo que vem hoje no jornal “Diário de Aveiro”; e o que se está a passar no Canal de S. Roque e no Cais dos Botirões. Sr. Presidente da Câmara, há dois meses fizeram em toda a zona circundante do Cais, o saneamento. A Câmara gastou muito dinheiro no arranjo do Cais, dos passeios e dos pavimentos - ficou uma obra bonita. Depois da obra feita, os Serviços Municipalizados foram lá, levantaram tudo, está tudo de pernas para o ar, buracos, as pessoas a caírem nos buracos, e eu agora pergunto: de certeza que agora nunca mais vai ficar como estava, e eu pergunto ao Sr. Presidente da Câmara - quem é que vai pagar os prejuízos? Só isto.”

Vogal Nuno Tavares:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu tal como nos outros anos, tenho que me congratular de facto, em princípio e na generalidade, com a actividade desenvolvida pelos Serviços Municipalizados. E queria aqui pegar num dos capítulos, que o Sr. Presidente referiu, que é o referente aos transportes.

Há muitos anos, e este é o terceiro mandato em que eu estou aqui na Assembleia e desde o princípio me debati de facto pelo abandono dos autocarros de dimensões monstruosas, como aqueles que foram de facto projectados para avenidas largas e para espaços enormes e não para as ruas, infelizmente, estreitas, de Aveiro - tanto o antigo (o que é perdoável), como Aveiro de há vinte anos para cá, o que já é menos perdoável.

Portanto, a introdução de mini-autocarros, foi uma grande iniciativa, congratulo-me com ela e espero e estou perfeitamente convencido que essa medida irá ser aprofundada, irá ser alargada para bem de todos.

E a esse respeito, só uma pergunta relativa a esses autocarros. Eu como ainda não tive oportunidade de os ver, gostaria de saber se está previsto o acesso para deficientes? - Para mim é uma coisa muitíssimo importante, é um pormenor muito importante, e acerca do qual eu também ao longo dos anos, me debato aqui na Assembleia, não apenas nos transportes, que são as tais barreiras arquitectónicas, não apenas nos transportes, mas quer em serviços desde: instalações sanitárias, acesso a multibancos, cabinas telefónicas, etc., como também nas próprias travessias, nos próprios espaços para atravessar a via pública, que é uma questão a que se não tem de facto ligado ou prestado a devida atenção.

Essa medida de introdução de mini-autocarros, com a instalação e a construção de espaços periféricos de estacionamento, irá certamente ter efeitos positivos. Com esta particularidade: quem como eu faz normalmente a sua vida a pé, tenho verificado sistematicamente, e é uma constatação para a qual eu peço a atenção de todos, se porventura ainda não a fizeram, que o acesso de automóveis ligeiros ao princípio do dia, é de facto absolutamente, objectivamente, claramente, desproporcionado, relativamente à capacidade, à oferta de estacionamento que Aveiro possui. Agravado por circunstâncias várias: primeiro, porque a maioria do estacionamento é pago - eu só entendo, em questão de princípio, o estacionamento pago, e bem pago, quando de facto o cidadão tiver alternativas em termos de transporte público; não o transporte público que vinha sendo hábito em Aveiro, mas o transporte público, cómodo, rápido, agradável, etc.

Em segundo lugar, porque se verificarmos, a grande maioria dos automóveis ligeiros que afluem a Aveiro todos os dias, são ocupados por uma - quando muito por duas pessoas, rarissimamente por mais de duas pessoas. Isto significa que também, se calhar, ao contrário do que acontece em muitos países mais adiantados economicamente, mais ágeis do que o nosso, o automóvel em Portugal continua a ser visto de facto, como um sintoma fundamental de estatuto: quem tem um bom automóvel é um senhor, quem tem um mau automóvel não presta. Sempre me revolttei contra isso, e mais: a este propósito ainda há quinze dias, estive entre os sítios em que estive - em duas cidades universitárias alemãs Heidelberg e em Nuremberga e Erlangen, que muitos conhecerão - são cidades universitárias com dezenas de milhares de estudantes universitários, e o meio de transporte habitual (não apenas dos estudantes, mas funcionários e em professores) era a bicicleta. E não é a bicicleta de montanha - a bicicleta de quinhentos contos, são bicicletas normais.

E graças a Deus, e aqui felicito a Câmara, por também finalmente ter-se atirado de frente para este problema, que é o da tentativa da introdução do hábito da utilização da bicicleta por parte dos cidadãos aveirenses.

Quanto ao aumento do déficite com os transportes, independentemente das causas apontadas aqui pelo Sr. Presidente, que é a abertura de duas escolas e o aumento das despesas com o pessoal, o alargamento das amortizações. Eu estou convencido que progressivamente com a

utilização cada vez maior, por parte dos aveirenses, dos novos transportes públicos que aí virão, que a situação melhorará certamente, mas melhorará sobretudo o bem estar, o ambiente, a não invasão diária de automóveis e de transportes privados, ligeiros que nada de positivo trazem para a vida da comunidade aveirense - pelo contrário, é profundamente desagradável.

Portanto, congratulo-me sinceramente pela gestão feita o ano passado nos Serviços Municipalizados e quero acreditar que para o ano ainda mais razões terei para felicitar todo o Executivo Camarário e todos os que dele fazem parte. Muito obrigado.”

Vogal Miguel Capão Filipe:

“Muito obrigado. Sobretudo tomo a palavra pelo seguinte: para comunicar a nossa profunda satisfação pela inauguração do sistema de “mini-bus” e que a concretização das linhas previstas se faça no tempo útil previsto.

Em relação a esta mesma situação, também gostaria de expressar a satisfação pela própria imagem institucional que o SMA criou e que se vê quer nos novos autocarros pequenos, quer nos grandes - o denominado STUA/SMA, no fim de contas é o nosso SMA. Portanto, o renovar da imagem institucional penso que também foi um factor que nos leva a agradecer.

Um terceiro aspecto, isto já é uma pergunta específica e de carácter técnico, não percebi a articulação entre um automóvel que estaciona no parque periférico e o “mini-bus”, em que sentido o pagamento do parque periférico incluirá cartão gratuito de acesso ao “mini-bus”? - Era essencialmente isto.

O quarto, penso que existem duas linhas previstas, uma linha verde e uma linha azul, eu deixaria a sugestão para pelo menos uma delas, ser a linha amarela, atendendo à cidade onde se insere estes dois circuitos de “mini-bus”. Na descrição dessas linhas levou-nos a uma certa reflexão neste sentido: os “mini-bus” serão bons, designadamente para os bairros da Beira Mar e da Forca; bairros separados por centenas de anos na sua execução, o que nos faz realmente lamentar (no bairro da Beira Mar nada surpreende que tenha que haver autocarros específicos), é que um bairro não com centenas de anos, mas com dez anos e já estejamos a referir autocarros específicos para lá entrar; é uma situação comovente no sentido negativo e tudo o que puder ir ainda a tempo, no sentido de intervir no bairro da Forca Vouga para tentar minimizar os custos de uma situação que não se compreende que tenha acontecido nos anos recentes, tudo o que puder ser feito nesse sentido, para além de colocar lá autocarros pequenos, será seguramente bem vindo para esta cidade.

Por último, neste contexto, no contexto de potenciar a nossa Cidade de Aveiro, como uma cidade actual, gostaria e uma vez que estamos a falar em circuitos de “mini-bus”, para precisamente o desenvolvimento nesta área de transportes, qual é o ponto da situação do denominado “Projecto de Metro de Superfície”, e que penso que não deve ser esquecido, antes pelo contrário, deve-se retirar da gaveta e iniciar-se todo um empenhamento no sentido do seu projecto e execução. Muito obrigado.”

Entretanto saiu da sala o vogal Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira.

Vogal Henrique Diz:

“Se o Sr. Presidente tivesse a indulgência de me deixar dizer duas palavras sem ser sobre o tema, eu agradecia-lhe. Porque eu reparei que o Sr. Presidente da Câmara tem a mesma característica do que eu - somos ambos europeus, mas além disso, consegue fazer duas coisas ao mesmo tempo que eu acho bem.

Na última reunião eu interpelei o Sr. Presidente e depois ausentei-me. Eu queria publicamente pedir desculpa ao Sr. Presidente da Câmara, por tê-lo feito; não é meu hábito, como o Sr. Presidente da Câmara sabe, interpela-lo e sair da sala - costume esperar pelas suas respostas, até porque normalmente as contesto e gosto do diálogo que normalmente nós conseguimos

estabelecer, mas infelizmente, motivos de força maior obrigaram-me a abandonar e por esse motivo as minhas desculpas. Muito obrigado, Sr. Presidente da Mesa em exercício, por me ter concedido este espaço.

Regressando agora ao tema, eu gostaria de realçar o esforço de melhoria dos serviços que tem vindo a ser realizado pelos Serviços Municipalizados de Aveiro, um esforço de modernização que se reflecte não só nos novos autocarros, mas se reflecte particularmente pelo interesse pelas novas tecnologias e o seu impacto na actividade dos Serviços e nos serviços prestados ao cidadão, mas também registar que quarenta por cento dos trabalhadores dos Serviços tiveram formação em mil novecentos e noventa e oito. Eu penso que numa altura em que as tecnologias tanto mudam, verificar que os Serviços Municipalizados de Aveiro, tiveram essa preocupação de garantir a continuação da formação do seu pessoal; é gratificante.

Independentemente das questões da melhoria dos Serviços, há no entanto três ou quatro reparos que eu gostaria de fazer. O primeiro tem a ver com uma queixa que aqui está, ou uma constatação de facto, no Relatório de Gestão e Contas e que foi aprovado por unanimidade na Câmara, que tem a ver com o problemas dos subsídios para cobertura do custo social de serviço público. Eu não sei quais são os critérios que presidem à atribuição desses subsídios; eu diria que tendencialmente, a actuação dos Serviços Municipalizados deve ser, uma actuação com resultados líquidos próximos de zero. Não têm certamente a preocupação do lucro, também não podem ter prejuízo.

Reconhecendo no entanto que há municípios que não podem pagar os serviços, pelo seu custo directo, penso que é correcto que seja determinado qual o montante de subsidio que a Câmara deve atribuir aos Serviços Municipalizados, de forma a permitir o acesso dos municípios necessitados, aos serviços. Neste sentido, gostaria também de: primeiro, qual era o estado de pensamento ou de reflexão sobre esta matéria no interior da Câmara, podem até nem estar de acordo com esta postura e gostaria também de solicitar ao Sr. Presidente da Câmara que fizesse os esforços necessários para que no próximo ano não houvesse parágrafos no relatório, como aquele que dizem que “a não concretização de todos os objectivos, resulta de várias coisas, entre as quais, a não transferência global dos subsídios por parte da Câmara Municipal de Aveiro”.

Depois passando a questões mais pequenas, eu não estou muito preocupado com os resultados transitados, tendo uma redução negativa substancial - de quarenta para noventa mil contos - de facto se nós analisarmos o balanço verificamos, que as amortizações aumentaram consideravelmente, portanto, isso deve-se mais a investimento do que propriamente a questões estruturais dos Serviços, mas eu não quero falar mais disso senão ainda me acusam de não ser expert na matéria. Mas preocupam-me coisas como, o número de roturas que existem neste momento na rede de abastecimento; que estratégia está prevista para evitar os prejuízos causados não só aos municípios, mas também aos Serviços Municipalizados pelo grande número de roturas que se continua a verificar no abastecimento de água; preocupa-me o número de acidentes que os transportes colectivos apresentam e que desculpem lá - mas não podem ser justificados pelo aumento da confusão do trânsito e pelo trânsito. Eu também conduzo viatura e procuro não ter acidentes, apesar do aumento da confusão do trânsito (e para descansar o Nuno - eu de vez em quando venho de mota que é para ocupar menos espaço); e gostava também de saber quais são os incentivos que a Câmara se propõe utilizar - e não têm que ser necessariamente de natureza financeira, como é evidente, que a Câmara se propõe utilizar - para aumentar a utilização dos transportes públicos? Para além da melhoria da sua qualidade. Muito obrigado.”

Entraram na sala os vogais Lucas Amaro Rodrigues e Joaquim dos Santos Abreu.

Vogal Clara Ribeiro:

“Em primeiro lugar queria agradecer a oportunidade que me deu e aos membros da Assembleia, de conhecer os novos transportes. Eu gostei, acho que realmente falha numa coisa - é nos transportes dos deficientes: os deficientes não entram naqueles autocarros, não têm hipóteses nenhuma. Não sei se os restantes terão - estes não têm - e realmente dado que é para a cidade, é na cidade que existem várias pessoas de idade e pessoas que têm muita dificuldade em se movimentar.

Penso que os outros que devem ter já esse acautelamento.

Em relação aos transportes tenho que falar também na parte rural - eu vivo na parte rural, embora seja junto à Universidade, é rural (já que não está cá o meu companheiro, eu falo por ele), a um quilómetro da cidade. Quanto a transportes estamos muito mal servidos: nós não vamos ter os “mini-bus”, mas temos os filhos que continuam a vir para a escola, têm transportes de hora a hora (quando passam), e queixam-se as minhas filhas e os colegas que, muitas vezes, ultimamente os autocarros passam antes da hora - isto é que é grave! Ainda é mais grave do que passar depois da hora. O que significa que as crianças têm que ficar por vezes até às oito e meia na cidade. Nem de bicicleta podem vir, porque quem vive em Verdemilho, tem uma estrada horrorosa, que é a N109, perigosa, que não dá para andar nem a pé, nem de bicicleta, nem de motorizada. Eu queria apelar ao Sr. Presidente, que tivesse em atenção os transportes que vão para a Quinta do Picado, que são transportes em autocarros muito velhos, chove dentro e alguns motoristas fazem autênticos ralís na 109, ao ponto de travarem os autocarros e nós irmos parar à frente, junto ao motorista. Eu já avisei várias vezes e da próxima vez, aviso aqui, que faço queixa das pessoas.

Queria perguntar ao Sr. presidente, se tem intenção naquela zona, com a telegestão dos autocarros, ter avisos: a que horas chega o autocarro e se vai chegar também à zona de Verdemilho? Se também nas paragens vamos saber a que horas é que chega o autocarro?.

Em relação ao saneamento, eu tenho falado várias vezes fora da Assembleia em tom de brincadeira, em tom de anedota, mas agora não é anedota é uma realidade. Mais uma vez, vivo numa zona em que chegou o saneamento a uma rua que estava alcatroada de novo; esventraram a rua; colocaram saneamento em quatro fogos e deixaram de fora vinte fogos!? Eu queria perguntar ao Sr. Presidente, se durante este ano completa oitenta e cinco por cento do saneamento, e se no fim do seu mandato os noventa por cento, se é realmente essa zona que vai ficar de fora? Porque eu estou a achar muito estranho (na altura falaram-me que por dois mil contos), que vinte fogos continuem sem saneamento. E já que as fossas nas nossas casas estão a rebentar - as pessoas lá também perguntam - se vamos fazer novas fossas ou se vamos aguardar pelo saneamento ou se vamos pedir à Câmara de Ílhavo para nos dar o saneamento? Era isto que eu queria saber. Obrigado.”

Entretanto entrou na sala o vogal Álvaro Patrício do Bem.

Vogal António Salavessa:

“Esta área dos Serviços Municipalizados, já o disse, é uma área que às vezes não tem a atenção que merece na nossa discussão e no nosso tempo - a culpa é nossa, não é de mais ninguém, mas é talvez a área que diz mais respeito ao dia-a-dia dos cidadãos. Pode haver manifestações culturais, iniciativas diversas, mas a questão da água, do saneamento, a questão dos transportes, são questões que dizem respeito a todos.

Por isso era importante que os Serviços tivessem também por parte da Câmara, a atenção necessária, ao cumprimento deste papel, desta função social que cabe aos Serviços.

Já aqui foi dito noutros anos e apesar de o Sr. Presidente dizer o contrário, a Câmara não cumpre as suas obrigações para com os Serviços e por isso mesmo os Serviços não estão em condições de cumprir o seu papel social, no que diz respeito à melhoria da qualidade dos serviços e à maneira como repercute os custos junto das populações.

O dado principal que nós aqui temos, que é possível ler, não do Relatório dos Serviços, mas da comparação entre o Plano de Actividades da Câmara Municipal para mil novecentos e noventa e oito e a Conta de Gerência de mil novecentos e noventa e oito, é elucidativa. Portanto, Plano de Actividades da Câmara Municipal para mil novecentos e noventa e oito, nele se escrevia “que compete à Câmara Municipal financiar todo o Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados. A verba a transferir no ano de mil novecentos e noventa e oito é de seiscentos e noventa e dois mil e trezentos contos” é isto o que nós aprovámos aqui na Assembleia, por proposta da Câmara. Uma transferencia para os Serviços de seiscentos e noventa e dois mil e trezentos contos.

Um pouco mais tarde esta Câmara, fez votar uma revisão do orçamento e nada alterou neste capítulo. Portanto, manteve o valor como válido a proposta que tinha sido feita pelo Executivo anterior. Posto de lado o Plano de Actividades, vamos à Conta de Gerência, quanto é que está transferido de facto na Conta de Gerência: estão transferidos cento e trinta e um mil seiscentos e vinte e dois contos. Não estamos a falar das questões do Plano Operacional do Centro, estamos a falar das receitas próprias e da Câmara e das despesas a partir dessas receitas. Ora a Câmara, só transferiu 18% do valor que se tinha proposto transferir. Ora, se assim é, se a Câmara fica tão longe dos compromissos assumidos, é evidente que os Serviços não podem sobreviver e para sobreviver vão ao bolso dos munícipes: temos a água mais cara (conforme aqui foi dito); temos as taxas de ligação. Eu não tenho a perspectiva optimista de que afinal as coisas não são assim tal mal; de facto, todos os resultados deste exercício evoluíram negativamente em relação ao passado: quer os operacionais, quer os financeiros, enfim, todos os resultados evoluíram negativamente.

Os Resultados Operacionais que é um indicativo importante, passaram de oitenta e três mil contos - negativos, para cento e quarenta e nove mil contos - negativos, durante o ano de mil novecentos e noventa e oito. Portanto, é um agravamento muito grande dos Resultados Operacionais. Eu chamava à atenção dos membros da Assembleia, que esta diminuição, este agravamento negativo dos Resultados Operacionais, é num quadro em que aumentou o número de ligações, aumentou o número de consumidores, aumentou o número de pessoas a pagar taxas de saneamento. Num quadro de aumento de vendas de serviços por parte dos Serviços Municipalizados, podendo haver uma ligeira quebra que é inferior a este aumento na parte dos transportes urbanos. Que me parece muito bem, que perante a evolução que está a acontecer se procurem novas formas e novas medidas para angariar novos utilizadores para os Serviços Municipalizados. Ora, num quadro de aumento de número de pessoas ligadas, dos ramais, dos consumos, dos caudais, etc., como é que é possível evoluírem negativamente os Resultados Operacionais, quando já se disse que a água é cara e por aí fora ...

Meus Senhores, acho que é mais uma vez o momento de fazer umas continhas. E as continhas são as seguintes: em mil novecentos e noventa e sete, só metade do ano é que foi servido o município pelo sistema do Carvoeiro. Neste ano de mil novecentos e noventa e oito, já foi todo o ano abastecido pelo sistema multimunicipal do Carvoeiro. Os Serviços Municipalizados, estão a pagar por cada metro cúbico de água vinda do Carvoeiro a quarenta e seis escudos; recebemos (está aí no Relatório) do Carvoeiro, qualquer coisa como três milhões setecentos e dez mil metros cúbicos, durante o ano passado. Isto significa um gasto de cento e setenta mil contos num ano a pagar a água do sistema, que este município construiu, e que este município em conjunto com outros deveria administrar. Portanto, é um agravamento enorme se pensarmos que a concessão por vinte anos deste sistema, rendeu dois milhões de contos. Ao município de Aveiro cabe cerca de 50% desses dois milhões de contos - cerca de um milhão. Já recebeu quinhentos mil, resta a receber vinte e cinco mil por ano durante os vinte anos. Basta ver que em menos de dez anos, o município já pagou mais, muito mais, do que o que recebe pela concessão.

Podemos descontar alguns custos de manutenção do sistema, etc., é uma enorme mais-valia que

está a sair dos bolsos dos munícipes, que está a sair dos cofres do município, para uma concessão que foi desnecessária e desastrosa. Desta maneira não é possível gerir qualquer coisa que seja.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se insisto nisto é para que com o passar do tempo os números vão-se tornando cada vez mais evidentes, em relação aos erros políticos e aos erros de gestão, que foram praticados pela Câmara anterior e ratificados por quem os apoiou nesta Assembleia.”

Saiu da sala o vogal Nuno Teixeira Lopes Tavares.

Vogal Diogo Soares Machado:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Necessariamente uma análise breve ao documento, em primeiro lugar porque na linha daquilo que nos habituou, o documento é um excelente documento, excelentemente apresentado, com excelente qualidade gráfica, objectivo nos números, nas análises e que - espante-se, relata efectivamente, aquilo que se passou nos Serviços Municipalizados no ano passado. É por isso que em primeiro lugar felicito a Administração dos Serviços Municipalizados, porque realmente um relatório de gestão e contas de noventa e oito, é um relatório de gestão e contas de mil novecentos e noventa e oito. Outros colegas meus da Assembleia dirão que não terá tanta qualidade como um relatório que acabámos de discutir na última reunião da sessão - o da Câmara, porque não é tão prospectivo. São opiniões, são pontos de vista, e eu entendo: isto é que é um relatório de gestão, referente ao ano passado.

E por aqui começava, se calhar a minha primeira admiração. É que embora empresas “diferentes”, todos estarão debaixo do mesmo tecto, para o bem e para o mal - no caso dos Serviços mais para o mal do que para o bem - como os oradores que me antecederam já fizeram questão de explanar. Mas estando todos debaixo do mesmo tecto, porque é que não se consegue uniformizar tanto a apresentação gráfica, como a objectividade nos números e nas palavras, como ainda a objectividade naquilo a que reportam os relatórios. Quer dizer, é uma coisa que não consigo entender, penso que a Câmara Municipal já teria tido tempo de reflectir um pouco nesta questão - sei que proximamente vão reflectir; aliás na linha da política “do proximamente”, irão reflectir sobre este assunto: não permitam senhores membros da Câmara Municipal e Sr. Presidente da Câmara, que continuamente sempre que discutimos documentos destes, a discussão do documentos dos Serviços, para além de pequenas coisas, seja pacífica pela sua qualidade, a discussão do documento da Câmara, porque grandes coisas encerra de mal, não seja pacífica e demore o que demorou este; isto em primeiro lugar.

Em segundo lugar, lesse nas primeiras páginas deste documento, que se aumentou a taxa de cobertura da água - sim senhor; noventa e oito por cento. Eu gostaria de saber quanto era já em noventa e sete? Não basta dizer que se aumentou noventa e oito por cento. Tem que se dizer que se aumentou noventa e oito por cento e que a diferença entre noventa e sete e noventa e oito foram X: terão sido dez, quinze, vinte, trinta por cento mais - não sei?! Gostaria de saber.

Gostaria também de saber, se é ou não verdade que este aumento da cobertura ou da taxa de cobertura, está directamente e intimamente relacionada, com o aumento que o Sr. Salavessa aqui falou, do caudal de água proveniente do Carvoeiro. É óbvio que sim, porque a manter-se os mesmos poços que tínhamos, não poderíamos estender a cobertura da água a mais gente - e portanto obviamente, que este aumento só foi permitido (creio eu, desmintam-me se estiver enganado), com a adesão, da Câmara à Associação dos Municípios do Carvoeiro. É importante na minha opinião e na nossa opinião, que este facto seja aqui realçado - e é importante porquê? Porque obviamente, que este documento dos Serviços, também atira para a ribalta uma palavra que não é do agrado do Sr. presidente da Câmara, que até o incomoda seriamente; ao ponto de até nos mandar reflectir para casa - aos leigos e aos menos leigos, mas é evidente que este

documento dos Serviços, até na evolução negativa dos resultados - e faça-se justiça também neste ponto - traduz uma clara e óbvia continuidade de projecto. E porque é que o aumento da taxa de cobertura não foi conseguido antes? Porque antes o Carvoeiro não estava a trabalhar como está agora. Primeiro foi preciso criar o Carvoeiro, pôr o Carvoeiro a trabalhar, aumentar os caudais na cidade, para se poder atingir ou cobrir uma maior área residencial, com rede de água, isto é óbvio e portanto isto tem que ser dito - no relatório ou fora do relatório, publicamente ou lá fora; isto tem, e deve ser dito.

Sr. Presidente não se incomode com a palavra continuidade, mas ela está claramente expressa, neste documento - bendito Carvoeiro. E já que falamos no Carvoeiro, na última reunião desta sessão o Sr. Presidente, quando interpelado por um ilustre elemento da bancada do PS, em relação às transferências de verba para os Serviços Municipalizados, para além de se ter exaltado, disse-nos que a verba de noventa e seis, não era grande coisa, nem era grandemente significativa porque incluía a verba do Carvoeiro. Verdade! E eu pergunto-lhe, esta verba de noventa e oito, que o senhor transferiu - pouca, mas transferiu - de onde é proveniente? ... do PROCENTRO?? Então está redito que esta verba provém do PROCENTRO, e portanto eu gostaria de pôr aqui mais ou menos a claro (se é que sou capaz disso): uma dualidade de observações e de opiniões, em relação ao antes e ao depois. Quer dizer, verbas que vieram do Carvoeiro - Associação que a Câmara de Aveiro, com muito orgulho, liderou a sua formação, verbas que daí advêm e que são direccionadas para os Serviços Municipalizados, como deviam ser, não contam - são do Carvoeiro, não contam. Atenção, foram cento e cinquenta e seis mil contos, mas parte disto era do Carvoeiro. Hoje, verbas que vêm do PROCENTRO - contam!! Não vêm de outras receitas directas da Câmara - vêm do PROCENTRO, mas contam. Portanto, que fique aqui bem anotado, que apesar de bastante hábil, estas manobras sucessivamente repetidas ou este tipo de explanação sucessivamente repetido pelo Sr. Presidente da Câmara, deixou de colher e é facilmente observável por todos. E portanto quanto a isto creio estarmos conversados.

O Sr. Presidente fala na “situação financeira estabilizada”; bom, quer dizer, é uma análise mais uma vez extremamente optimista - é o optimismo que o caracteriza Sr. Presidente; porque esta análise financeira, estabilizada (de estabilizada só tem a continuação da descida, creio eu), no sentido e na direcção e não no resultado - estabilizou no sentido e na direcção e esses são para baixo, o que é para mim evidente, é exactamente este facto, não uma qualquer estabilização dos resultados financeiros, porque ele não há e estarão aqui os responsáveis dos Serviços que não poderão dizer outra coisa senão isso, porque o documento clara e objectivamente traduz exactamente isso. Portanto, estabilização não existe.

Depois eu gostava de vos falar no aumento da taxa de cobertura ou atendimento em saneamento: é agora setenta e seis por cento. Gostaria de saber, novamente, quanto era em noventa e sete e que percentagem esta Câmara já conseguiu construir? E em que freguesias? Porque também é importante saber isso, porque como sabem havia já a progressão da taxa de atendimento do saneamento básico neste município, estava já delineada pelos ramais construídos e que claramente obrigavam e orientavam o crescimento, para determinadas freguesias do concelho. Mas também, reiterando aquilo que disse o Sr. António Salavessa, em relação a este assunto, eu gostaria de saber e não vou criticar absolutamente nada, gostaria apenas e só de saber em que pé é que está a situação dos habitantes de S.^{ta} Joana, de Aradas e de S. Bernardo, em relação ao pagamento das taxas de ligação? As respostas aqui dadas, sempre que sobre isso é interpelado o Sr. Presidente da Câmara, são vagas e imprecisas - oitenta e cinco contos até podiam ser pagos em três anos, a crédito e sem juros. Mas até agora, nada mais foi dito e eu gostaria de saber em que pé é que está; se essas pessoas vão efectivamente ser obrigadas a pagar essa taxa como forma de suprir alguma estabilização dos resultados dos Serviços Municipalizados de Aveiro.

Gostaria também de dizer - também está escrito aqui - no relatório dos Serviços, e o Sr.

Presidente da Câmara alegou claramente, que a água melhorou de qualidade (não é pelo menos a opinião de uma ilustre Deputada do Partido Socialista, nesta Assembleia - que trará aqui brevemente uma garrafa de laranja), mas dando de barato que a qualidade da água melhorou e eu dou, porque na zona onde vivo - claramente, a qualidade da água é bastante satisfatória. O que acontece é o seguinte: está escrito no relatório que a qualidade da água melhorou devido ao afluxo de qualidade que a água que vem do Carvoeiro, claramente proporcionou a água de consumo no Concelho de Aveiro. Isto também não foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara, provavelmente por esquecimento ou provavelmente porque a palavra continuidade também o incomoda.

Mas é claramente o Carvoeiro que permite por um lado, o crescimento pela taxa de atendimento em termos de fornecimento de água e por outro o crescimento aqui alegado pelo Sr. Presidente da Câmara, da qualidade da água que cada aveirense bebe em sua casa. Isto tinha que ser dito - pronto, já está.

Em ultimo lugar e muito rapidamente, mais uma prova da continuidade, são os autocarros da nova geração. Não há ninguém nesta sala, muito menos a administração dos Serviços Municipalizados de Aveiro que não possa corroborar a afirmação que vou produzir e que é: os mini autocarros ou “mini-bus”, já havia negociações no sentido da sua aquisição, já estavam escolhidos e foram comprados agora. Parabéns! Sr. Presidente da Câmara. Obviamente foram comprados, vão ser comprados mais. Agora eu pergunto: mini autocarros, parques periféricos, a chamada expressão europeia “park-and-ride”; vamos ver. O parque já o Sr. Presidente aqui vagamente disse como era - seria na periferia - mas é vago. Na periferia onde? Tem que se saber claramente onde. Para mim, aquele parque de estacionamento que agora está a ser utilizado, ao pé da sede da “Lusitânia Gás” não é periferia - isso é centro da cidade; depois claramente que para mim, um parque na Praça Marquês de Pombal não é periferia - e vai ser construído, não se sabe quanto é que vai custar, não se sabe qual é a concessão - vai ser concessionado (Sr. Salavessa, alerta, que vai ser concessionado), mas independentemente ainda, porque a seu tempo discutiremos a implantação - se para isso nos for dada oportunidade nesta Assembleia Municipal, como é óbvio. A implantação do parque subterrâneo na Praça Marquês de Pombal, independentemente do custo, que eu não vou perguntar qual é Sr. Presidente, para não ter que ouvir a resposta: “de que brevemente me dará uma resposta”; independentemente do custo, isto para mim é claramente uma política de construção de parques de estacionamento no centro, no miolo da cidade. E para mim, em termos de princípio é uma clara contradição com o sistema “park-and-ride” que o Sr. Presidente tanto apregoa e tanto anuncia, como algo que vem não resolver todos, mas resolver grande parte dos problemas de trânsito em Aveiro. Porque Sr. Presidente, explique-me, dada a natureza comodista - e eu por mim falo - dos cidadãos aveirenses em termos da utilização do seu veículo automóvel, crê o Sr. Presidente da Câmara (e é uma pergunta de retórica), que alguém que tem um parque na periferia, que vai ter que custear, e um parque no centro da cidade, que vai ter que pagar, mesmo que pague mais cinquenta escudos por hora, vai deixar de vir de carro até ao parque da Marquês de Pombal para ir tratar de um assunto ao tribunal? Ou vai deixar de vir de carro até ao Parque da Feira de Março, para vir tratar de um assunto às Finanças? Ou vai deixar de vir de carro até ao Parque da Escola do Adro para vir trabalhar? Eu não acredito sinceramente! E das duas uma - ou se está a investir em “mini-bus” e em “park-and-ride” e não se potencia e enfatiza o investimento em parques no centro da cidade, para que esse sistema seja claramente um sistema profícuo o produtivo e que resulte, ou então se vamos investir no “park-and-ride”, nos “mini-bus” e nos parques exteriores (da periferia) e nos parques centrais - no miolo da cidade: explique-me Sr. Presidente, qual deles é que o senhor entende que terá longa vida e qual deles é que o senhor entende que terá vida de curta duração. Um deles terá que morrer. Para mim vaticínio será o “park-and-ride” e os “mini-bus” talvez porque se calhar mais económicos em termos de consumo de combustível, passarão a fazer as carreiras normais dos grandes “Bus”

dada a utilização cada vez menor, por parte das populações aveirenses dos transportes públicos.

E pegava só neste ponto dos “mini-bus” e de melhorar a rede dos transportes concelhios - e há pouco eu fiquei satisfeito quando o Dr. Raúl Martins anunciou que o Presidente da Junta de Freguesia de S. Jacinto iria falar, porque pensei que ele ia falar disto, mas pelos vistos não. Anteriormente não se falava, hoje continua a não se falar - falo eu, para lhe lembrar que S. Jacinto é concelho ainda! E para lembrar a esta Assembleia, que já no mandato anterior eu próprio interpelei o então Executivo da Câmara Municipal, no sentido de elaborar um estudo de viabilidade económica, que englobasse uma vertente social ou sociológica que tem que ser englobada, para municipalizar os transportes na Ria. Hoje volto a dizer a mesma coisa: é fundamental que isso seja feito. É fundamental que a população possa sair de S. Jacinto e atracar no canal central. É fundamental que a população de S. Jacinto possa vir ao cinema a Aveiro. É fundamental que a população de S. Jacinto, não tenha que pagar setecentos e qualquer coisa escudos, cada vez que vem a Aveiro trabalhar - e isto é fundamental! E mais: é fundamental acabar, talvez diminuir um monopólio de uma empresa de transportes nesta cidade, que faz o que quer, que estabelece os horários que quer, que põe as camionetas no Forte às horas que quer, e em Aveiro às horas que quer e que não presta claramente um bom Serviço à população de S. Jacinto.

É fundamental que na óptica dos Serviços Municipalizados e como objectivo da Câmara municipal de Aveiro, é fundamental a nosso ver que a Câmara Municipal e os Serviços Municipalizados, possam a curto prazo anunciar aos aveirenses que S. Jacinto é concelho de pleno direito e que ao mesmo tempo que se investe na melhoria da rede de transportes urbanos em Aveiro (terrestres), se está a investir na melhoria da qualidade de vida da população de S. Jacinto, municipalizando os transportes da Ria, que não é nada mais nada menos do que um Direito!! Os habitantes de Nariz têm direito de ir de autocarro a Aveiro e voltar; os habitantes de S. Jacinto têm direito de ir de lancha de Aveiro a S. Jacinto - pagando o mesmo que qualquer outro habitante, de qualquer outra freguesia deste concelho paga para se deslocar: para trabalhar ou para simplesmente usufruir do lazer, que ainda por cima aumentará exponencialmente e que a cidade já pode oferecer neste momento. Obrigado.”

Entretanto entraram na sala os Vogais João José Ferreira da Maia e Ana Carla Guerra de Miranda Macedo.

Saiu da sala o Vogal António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre.

Reentrou o Vogal Nuno Teixeira Lopes Tavares.

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Muito rapidamente e talvez respeitando a ordem das intervenções. Sr. Barbosa, nós também ficámos de facto surpreendidos e desagradados com o que vimos. Vamos tentar averiguar o que se passou, porque de facto as instruções que existem, desde que estamos na Câmara - e aliás foi constituído um grupo exclusivamente para o subsolo, para que se coordenasse toda a actividade de intervenção no subsolo: gás, água, telefones, saneamento, etc., e portanto o que se passou, foi uma falha nesse sistema de articulação que estava montado e que tem vindo a ser respeitado com uma falha ou outra. De facto ficámos muito aborrecidos quando vimos isso - vamos apurar responsabilidades.

Depois agradeço muito a intervenção do Sr. Deputado Nuno Tavares, de facto confirmo que os “mini-bus” não têm o acesso para deficientes, os novos autocarros, os grandes, têm; têm um piso rebaixado que permite de facto e facilita bastante e tem mesmo um espaço próprio para as

cadeiras de rodas. Vamos estar mais atentos na próxima remessa a ver se poderão prever isso. O Sr. Deputado Capão Filipe, fez a sugestão da linha amarela, eu subscrevo inteiramente. Em relação ao Metro de Superfície, eu já tive ocasião de demonstrar que o projecto de Metro de Superfície, não é para deixar na gaveta - pelo contrário, é agora a altura para o tirarmos da gaveta e de o apresentarmos como candidatura ao próximo Quadro Comunitário de Apoio. Há acordo da Câmara de Águeda e da Câmara de Aveiro a este respeito e portanto, será uma candidatura inter-municipal que estamos convencidos que terá prioridade dado o seu carácter inter-municipal.

O Sr. Prof. Henrique Diz, referiu-se ao aumento do número de roturas e ao número de acidentes. Nós também constatamos, com prioridade, o aumento do número de acidentes - tem que haver mais cuidado. Apesar da formação que foi feita, é uma função de enorme responsabilidade a dos nossos condutores - agentes únicos. É verdade que as condições mudaram muito, e a preocupação de respeitar os horários fiáveis e portanto, de aumentar a velocidade comercial, é capaz de estar na origem de algum excesso de velocidade - os tais ralís que a Clara falava - e que não são de facto admissíveis. Antes de mais o valor a privilegiar será sempre o da segurança.

Roturas; felizmente não tivemos nenhum acidente grave. As roturas devem-se e isso está explicado, por um lado ao natural envelhecimento da rede existente, por outro lado às múltiplas intervenções que temos feito no terreno e que de facto tem dado origem a essas roturas. O cadastro é em muitas zonas deficiente e os empreiteiros nem sempre tomam os cuidados devidos quando se confrontam com estas situações, e tem havido de facto algumas roturas lamentáveis. Dentro da tal perspectiva optimista que eu gosto de ter dentro destas coisas, temos que ver isto pelo lado positivo, é sinal que estamos a fazer muita obra nova e portanto estas roturas, são a consequência do trabalho que se está a fazer.

De resto ... “incentivos para aumentar a utilização”; eu acho que nós de facto, e faço aqui a minha autocrítica - acho que os Serviços Municipalizados, têm que repensar todo o sistema de transportes. Eu comecei por dizer isso. É necessário de facto repensarmos toda a filosofia de utilização do transporte publico em Aveiro.

Penso que estas linhas, que há pouco foquei, vão contribuir para isso; se as pessoas souberem que têm um local de estacionamento, que os horários estão ajustados aos horários escolares e aos horários dos Caminhos de Ferro. E às vezes dizem que não estão e nós vamos ouvir a Universidade e esta diz que sim, que não tem queixas a este respeito. Os comboios estão bem articulados com os transportes públicos e portanto, às vezes também se faz um discurso muito fácil, sem se ouvir os interessados. A própria decoração dos autocarros, a musica ambiente que se introduziu, tudo isso penso que são elementos que vão fazer sentir às pessoas que é confortável, que não é uma tortura andar no autocarro. Tudo isto articulado com um sistema que também vamos candidatar e que está a ser desenvolvido da Cidade Aveiro Digital, e que vai permitir que o senhor professor, no seu computador em casa, saiba a que horas é que o autocarro que tem que apanhar, vai passar naquela paragem e com que atraso é que ele vem (e esperemos que diga que vem sem atraso nenhum). Julgo que isto vai criar condições para que de facto as pessoas encarem os transportes públicos com outra atitude, muito mais positiva.

Em relação às críticas do Sr. Salavessa, sobre o Sistema do Carvoeiro, são conhecidas; nós herdámos de facto esta situação, estamos a avaliá-la, para verificar se de facto é possível encontrar condições contratuais mais favoráveis.

As observações feitas pelo Sr. Deputado Diogo Machado; em primeiro lugar eu queria agradecer os cumprimentos pela qualidade do relatório, mas afinal depois ainda detectou lá umas falhazitas, porque não tínhamos dito quanto é que era a taxa de cobertura em noventa e sete. É preciso dizer-se que a taxa de cobertura em noventa e sete, em noventa e seis e se calhar em noventa e cinco, no que toca a abastecimento de água, é constante - noventa e sete, noventa e oito por cento - e portanto, eu aqui quero utilizar muito a palavra continuidade. O que não

quer dizer que os Serviços não tenham que trabalhar, porque há mais construção e a cidade foi crescendo. Mas é mesmo uma área em que temos que falar sempre de continuidade, não pode deixar de ser de outra forma.

Agora, o que não deve é confundir a taxa de cobertura atingida, com os caudais que foram disponibilizados pela água do Carvoeiro. Porque são coisas diferentes; de facto não está provado, que as nossas reservas estratégicas não fossem suficientes para alimentar - não digo com a mesma eficiência - toda a rede de abastecimento.

Queria também dizer que não há nenhuma diferença de critérios, quando eu friso a proveniência das diferentes verbas. A verdade é que num ano a transferência que foi feita para os Serviços, foi por força de um pagamento efectuado pela Associação de Municípios do Carvoeiro, não foi nenhum esforço que a Câmara tivesse que fazer, ao passo que no outro caso a Câmara afectou parte dos seus recursos financeiros este ano - foram cento e cinco mil contos (se a memória não me falha), que era uma verba nossa que tínhamos, cativado no PROCENTRO, transferimo-la para investimentos nos SMA. E portanto, é uma atitude política que é diferente - aliás o Prof. Celso dizia e confessava que nunca tinha transferido nenhum dinheiro para os SMA.

De facto também há a qualidade da água; situações de água laranja e água castanha, são situações pontuais, isso está controlado.

Quanto aos parques eu gostava de dizer o seguinte: não há contradição nenhuma entre nós construirmos um sistema de parques periféricos “park-and-ride” e um sistema de parques centrais. É evidente que nós precisamos de muito espaço para estacionamento no centro da cidade, porque haverá sempre uma enorme atractividade ao centro da cidade e há pessoas que moram no centro da cidade e que têm que ter onde estacionar o carro. Há pessoas que vêm às compras ao centro da cidade e que querem vir cá. Agora, se nós tivermos parques alternativos fora da cidade, o que nós vamos conseguir é que uma boa parte das pessoas que trariam o carro inevitavelmente até ao centro não o tragam e portanto, isto é complementar, não é contraditório: por um lado não obrigar a termos de construir todos os parques no centro da cidade - é impossível - por outro lado, fazer com que o fluxo de automóveis ao centro, seja diminuído.

Quanto aos parques previstos de facto na Marquês de Pombal, está adjudicado (não está só previsto); o do Largo Mário Magalhães, por enquanto é só uma ideia que temos vindo a trabalhar, por pode ser de facto útil ter um parque daquele lado. Que sirva também a Avenida Lourenço Peixinho, do outro lado - e para os residentes da zona da Beira Mar, que designadamente têm algumas dificuldades.

Depois há aqui alguns problemas que têm que ser aqui equacionados: o parque do Fórum que tem mil e duzentos lugares, não serve para quem tem que trabalhar todos os dias naquela zona, porque são quinze contos por mês a menos no vencimento de um funcionário público. É evidente que o sistema de estacionamento é complexo e tem que ser adequado ao vário tipo de procura que temos. Nós temos que ter parques que não são pagos, para as pessoas poderem trabalhar e parques pagos para quem vem à cidade fazer compras, estar bocado, etc.

Os parques periféricos, é evidente que têm preços diferentes. Um parque periférico, tem um preço muito diferente e muito mais barato, que um parque central - não há contradição nenhuma nisto. Os estudos vão ser feitos e tem que haver a complementaridade entre o diferente tipo de oferta de estacionamento e portanto, isso vai ser feito.

Quanto a S. Jacinto; não está esquecido, de facto logo no início do ano passado (creio eu), a Câmara e esta Assembleia, aprovaram o princípio da municipalização da TRANSRIA; e tanto não foi esquecido, que no quadro de pessoal que hoje submetemos à Assembleia, previmos já a categoria profissional, correspondente ao manuseamento e à condução desses barcos que não existia. Estamos justamente a estudar, por um lado uma melhor articulação com o tal sistema de camionetas e por outro lado a possibilidade de fazer as lanchas, pelo menos até à zona da Lota

que como sabe vai ser reactivada, para ver se conseguimos ter um cais que faça a ligação directa entre S. Jacinto e Aveiro.

Para terminar e sobre a questão colocada pela Clara, eu não conheço a morada da Clara, mas sei que temos algumas situações em que também nós próprios nos interrogámos no Conselho de Administração, em que é feito o saneamento ao longo de toda a via principal e depois é apenas apontado nas perpendiculares e ficam apenas duas ou três situações apontadas nas perpendiculares, para que no futuro venham a ser desenvolvidas; mas como não eram objecto da empreitada inicial e assim ficaram. Eu compreendo que é o desespero dos moradores da casa seguinte, mas algures elas têm que parar e suspeito que o seu caso será um caso destes, não foi de propósito.”

Vogal Clara Ribeiro:

“Não é na perpendicular, começou na rua - não acabou; por causa de uma bomba de dois mil contos.”

Entretanto entrou na sala a vogal Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga.

Presidente da Câmara:

“Eu vou informar-me nos Serviços.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação o ponto n.º 3 - Serviços Municipalizados - Relatório de Gestão e Contas de 1998, sendo o mesmo aprovado por maioria de vinte e sete votos a favor (9PP+6PSD+12PS) e uma abstenção (1PCP).

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, ao qual se seguiu um intervalo para jantar.

2.ª PARTE

Pelas 22:00 horas, foram retomados os trabalhos, presididos pelo Segundo Secretário Custódio das Neves Lopes Ramos na qualidade de Presidente da Mesa, pelo mesmo não estar presente, secretariado pelo Vogal António Sousa Dinis Correia na qualidade de Primeiro Secretário e pelo Vogal Raúl Ventura Martins na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais: Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste das Neves Rodrigues da Silva Veiga, José Augusto Fernandes Júnior, João Pires da Rosa, Álvaro Patrício do Bem, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, Fernando Cardoso Leitão Miranda, Manuel Júlio Braga Alves, António Ildebrando Nunes Costeira, Henrique Manuel Morais Diz, Jorge Carvalho Arroiteia, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Ermelinda Clara Fernandes Oliveira Ribeiro Costa, Lucas Amaro Rodrigues, Joaquim António Gaspar Melo Albino, Diogo Manuel Santos Soares Machado, João José Ferreira da Maia, Dinis Marques, Joaquim dos Santos Abreu, Manuel Arede de Jesus, Manuel Branco Pontes e António Manuel dos Santos Salavessa.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dos Vogais: Rogério Mário Madaíl da Silva, Victor Manuel da Silva Martins, João Pedro Simões Dias, Jorge Manuel do Nascimento, Manuel Simões Madaíl e Élio Manuel Delgado da Maia.

Retomados os trabalhos o Sr. Presidente da Mesa deu continuidade à ordem de trabalhos prevista para esta Sessão.

PONTO N.º 4 - APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO A QUE SE REPORTA O N.º 2 DO ARTIGO 49.º DO REGULAMENTO DO PDM.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião ordinária de 08-04-99, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal e faz parte do original desta acta em anexo).

Vereador Eduardo Feio:

“Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, muito boa noite. Boa noite Srs. Membros da Assembleia Municipal. Eu ia passar muito rapidamente por referir algumas notas relativamente a este relatório do desempenho do Regulamento do Plano Director Municipal de Aveiro, dado que ele foi distribuído e estão ainda expostos um conjunto de cartas que durante esta breve apresentação vamos referir e que penso que os Membros da Assembleia já tiveram oportunidade de ir olhando para ela durante as reuniões que antecederam esta.

E começaria por dizer o seguinte: como todos sabemos este relatório decorre de um ponto do artigo quadragésimo nono do regulamento do PDM, que indica que a Câmara deve tornar presente à Assembleia, o desempenho e o número de licenciamentos quer de obras particulares, quer de loteamentos que são aprovados anualmente pela autarquia.

É o terceiro ano de vigência do Regulamento do PDM e do PDM, e em relação ao licenciamento de obras particulares, o que se notou no ano de noventa e oito, essencialmente foi o seguinte: uma grande pressão urbanística essencialmente nas freguesias de Esgueira e de Cacia; alguns licenciamentos com algum peso nas freguesias da Vera Cruz e da Glória, e um conjunto também de licenciamentos, mais reduzidos nas outras freguesias do município. Nas freguesias mais periféricas nota-se pouca pressão urbanística. Ao nível dos processos entrados na autarquia e dos movimentos de processos, temos a registar que houve sete mil cento e oitenta e um requerimentos e que comparativamente com o ano de noventa e seis - ano em que também foi elaborado o relatório, houve cinco mil trezentos e catorze, o que nota um acréscimo significativo em dois anos de movimentos na repartição de obras particulares da Câmara Municipal de Aveiro.

Relativamente aos loteamentos, o perfil da pressão urbanística sobre o território, no que diz respeito nomeadamente na freguesia de Esgueira, é semelhante - há bastante pressão ao nível de loteamentos, se bem que nota-se essencialmente que a figura do loteamento é mais utilizada nas freguesias periféricas, como: Aradas, S.^{ta} Joana e toda a periferia, toda a primeira coroa que envolve a cidade.

Para concluir posso também referir ainda em termos de licenciamento de obras, que houve quatrocentos e trinta e seis moradias unifamiliares licenciadas, noventa e quatro edifícios de habitação multifamiliares licenciados no ano transacto, seis indústrias, trinta armazéns e doze estabelecimentos de restauração.

No que respeita a loteamentos temos também um quadro na página dez, de distribuição das diversas freguesias, dos loteamentos, tivemos cinquenta e três loteamentos aprovados na autarquia aveirense em noventa e oito, a que corresponderam emitidos trinta e quatro alvarás, apenas, durante o ano de noventa e oito, que permitiram a criação de duzentos e trinta e cinco lotes e mil e quarenta e sete fogos. Esta análise, digamos - descritiva e estatística, da aplicação do regulamento do PDM, o Executivo entendeu para além dela e essencialmente esta era a primeira grande obrigação que ele teria que cumprir: fazer uma análise num conjunto de constrangimentos da própria aplicação do regulamento e nesse quadro o que é que se detectou no ano de noventa e oito - no que diz respeito ao desempenho do PDM. Há aqui algumas questões que poderão ser mais complexas em termos de exposição oral ou rápida como eu estou a pretender fazê-la, mas penso que toda a gente sabe que o PDM tem três zonas de construção: uma zona de construção tipo I, uma zona de construção tipo II e uma zona de construção tipo

III, nomeadamente a zona de construção tipo II é central, é aquela onde há mais densidade - é o centro da cidade; uma zona de construção tipo I que é uma zona intermédia entre aquilo que são zonas tradicionalmente e tipicamente rurais e zonas de construção tipo III. Essa zona de construção tipo I, permite construção de vivendas e construção de edifícios em parte. E o que se notou é que nesta zona de construção tipo I, cujo uso preferencial é habitação unifamiliar, é um bocado dúbio a sua aplicação, por não existirem critérios muito objectivos. Por um lado em algumas situações pode-se tornar uma vantagem, mas como o nosso regulamento de PDM e o nosso PDM ainda não apresentou índice de construção muito preciso, deixa alguma elasticidade que é benéfica nesse processo de planeamento, tradicionalmente às vezes pode permitir alguma discricionariedade e se toca a necessidade de que ao nível da gestão urbanística haja uma boa gestão urbanística.

Outro constrangimento que se verificou, foi um constrangimento que neste momento já desapareceu das zonas de construção tipo III, que era a frente do lote, assim como a altura de meação e assim como as questões relativas à forma como o regulamento enquadrava as zonas industriais.

Todas estas três situações, como devem estar lembrados - há pouco tempo vieram à Assembleia Municipal no sentido da aprovação de uma alteração de pormenor ao regulamento do PDM, situação que se verificou - essa alteração foi feita e estes constrangimentos neste momento estão retirados do regulamento do PDM, esperam apenas que seja publicado no Diário da República, a respectiva alteração do regulamento.

Há umas pequenas notas também relativamente aqui na página vigésima terceira, relativamente ao carácter rural que ainda grande parte do município tem e algumas dificuldades têm a ver com as explorações pecuárias e agro-pecuárias de carácter familiar.

Por fim, o último constrangimento com o regulamento do PDM e que se nota ainda (artigo sexto), penso que muitos de nós estamos familiarizados com esta situação, que diz basicamente o seguinte: que em áreas onde não existam planos aprovados, as construções a licenciar, ficam definidas pelo alinhamento das fachadas e pela cêrcea dominante dos edifícios contíguos ou da unidade operativa em que se inserem ou então pelo índice um, ou seja, aquilo que se constrói acima do solo, é a área do lote a afectar à construção. Obviamente que essa regra na parte central da cidade, é muito difícil de aplicar, vai-se sempre pela outra parte do artigo sexto, mas isto também pode provocar aqui menos precisão na aplicação do regulamento.

Estes foram os constrangimentos encontrados durante o ano de noventa e oito, na aplicação do regulamento do PDM, alguns dos quais já vimos, foram resolvidos.

Por fim e para terminar, a título de conclusão, o Executivo entendeu reflectir não só sobre o regulamento do Plano Director Municipal, mas ir um bocado mais além e reflectir sobre a questão da política de ordenamento do território do município e a forma de conseguir melhorar o desempenho não só do regulamento, mas do PDM, através de um conjunto de estudos que está neste momento a elaborar e de outro conjunto de medidas e aí é de frisar, que quer a necessidade do novo regulamento de taxas de obras particulares e loteamentos, quer no que diz respeito a algumas questões de ordenamento, pensamos para breve a vinda a este Fórum o Plano de Urbanização da Cidade, que pode obviamente resolver um conjunto de constrangimentos em termos de ordenamento de território; a questão da elaboração neste momento por parte da autarquia de um Plano Municipal de Ambiente e de Desenvolvimento Sustentado, que permite tentar trazer para aquilo que é prática do planeamento na autarquia: um conjunto de preocupações na área do ambiente, que à data da elaboração do Plano Director Municipal, essencialmente à data da elaboração dos estudos de base do Plano Director Municipal, como todos nós sabemos, foram elaborados entre oitenta e nove e noventa e um - essas preocupações não eram tão fortes como são hoje e pensamos que este plano municipal que está neste momento a ser elaborado, vai poder trazer alguns elementos, para uma melhor gestão do território com base nessas preocupações.

A questão do Plano de Ordenamento da Circulação e do Estacionamento da Cidade de Aveiro, obviamente também está a ser equacionado e elaborado em articulação com todas as outras questões do ordenamento do território. Uma questão que também tinha sido central, era a preocupação com a redefinição de uma rede municipal, que também tem que ser obviamente equacionada.

Por fim, uma breve referência a um conjunto de planos que neste momento estão em elaboração e que correntemente têm vindo aqui a ser discutidos, quais é que estão em elaboração e os que deixaram de estar, está aqui perfeitamente discriminado entre a página vigésima sexta e vigésima sétima, e a questão de base, que é uma das deficiências de base do nosso Plano Director Municipal, não do regulamento, e tem a ver com as questões da cartografia. O cadastro à data da elaboração do Plano Director Municipal, não era muito preciso - ainda hoje não é, mas através da Cidade Digital, pensamos nós, que com um projecto de cadastro digital, poderemos ter aquilo que é fundamental para qualquer revisão que se queira séria a prazo, nos prazos normais da lei, do Plano Director Municipal.

Como notas era só isto que eu teria a dizer - obviamente que o Executivo estará ao dispor para qualquer tipo de esclarecimento.”

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente, penso que até o número de inscrições traduz a consensualidade de um documento desta natureza; ele é um relatório da apreciação da implementação do Plano Director Municipal, contém em si já, os elementos que permitem responder digamos às próprias dúvidas que da sua leitura vão decorrendo, mas confesso que me ficam apenas duas questões da sua leitura e gostaria de interpelar então a Câmara, se me poderia prestar algum esclarecimento ou atender ao pedido. Relativamente à distribuição espacial das informações prestadas, relativamente aos processos de loteamento e de informação prévia, inclusive de projectos de arquitectura, o relatório da aplicação do PDM não distingue entre diferimento e indeferimentos. Acredito que isto suscite algumas dificuldades de compilação e portanto, estatísticas, que acredito que acarretam trabalho acrescido. Mas eu penso - não sei se seria acompanhado por outrem neste considerando - mas eu penso que seria, considerável termos a precessão do número de indeferimentos de pedidos, especialmente distribuídos, ou seja, é um dado que em meu entender traduz algo da forma como a população de Aveiro se relaciona com o seu PDM. Ou seja, se chegarmos à conclusão que há uma série de pedidos para uma determinada zona que são sistematicamente indeferidos por força do PDM, podíamos chegar a constatações que de facto atento à forma como neste momento vem feito, completamente nos passam à margem. E portanto, era um apelo no sentido de inquirir acerca da viabilidade dessa distinção, em ulteriores relatórios.

Por último, eu confesso alguma preocupação relativamente aquilo que vem escrito na folha vinte e sete, que claramente, pelo menos de forma perfeitamente transparente, nos remete para a possibilidade da revisão do PDM, a qual a torna dependente da implantação de um Sistema de Informação Geográfica que lhe permita a manipulação e análise da informação em formato digital. Uma vez que há uma condição para a realização dessa revisão, eu gostava de saber, quando é que é expectável que esteja implantado em Aveiro um sistema de informação geográfica para que nós possamos ter uma ideia da temporalidade desta revisão que fica prometida?”

Entretanto entraram na sala os vogais João Alberto Simões Barbosa e António Manuel Gonçalves Pinho Vinagre.

Vogal António Salavessa:

“Eu começava exactamente pela revisão; eu acho que condicionar a revisão do Plano Director

Municipal à existência de uma condição prévia ao nível da cartografia, pode ser um atraso desnecessário, quer dizer: se tivermos em conta que entre a legislação do PDM, que a legislação que possibilitou a criação do PDM e a aprovação do Plano Director Municipal de Aveiro, passaram salvo erro, doze, treze anos; e que entre a decisão política de avançar para o PDM e a aprovação do PDM em Aveiro, passaram sete, oito anos, salvo erro. De tal forma, que quando a Comissão da Assembleia agarrou nos documentos, teve de extirpar dos documentos previsões que lá estavam para anos que já tinham passado; portanto, chegou-se a esse absurdo e também tendo em conta a questão, que é uma verdade que uma pessoa tem que repetir, é que se estão bem lembrados, ou quem não está lembrado ou quem não sabe, dá-se a informação: a Comissão da Assembleia que introduziu alterações no PDM, introduziu-as sem que ninguém da Câmara tivesse defendido as opções originais. Portanto, a Assembleia fez o que quis sem que ninguém da Câmara assumisse a paternidade ou a responsabilidade ou as opções que constavam do projecto original. Portanto, um PDM assim como já foi claramente demonstrado ao longo dos anos - têm largas insuficiências, largos problemas e era tempo de se começar a encarar a revisão. Independentemente da cartografia estar pronta ou não; porque já sabemos que um processo de revisão não é um processo rápido e que poderia perfeitamente avançar em paralelo, em simultâneo com a construção das condições para que as cartas pudessem depois corresponder à realidade. Portanto, há processos, há mecanismos, há necessidades de trabalho que não se esgotam no desenho da carta, mas que pressupõem o estudo da situação actual, o levantamento da situação actual, para que o plano revisto ou a revisão do plano, depois corresponda à realidade actual do concelho. Portanto uma questão era essa, de não subordinar, não pôr desta forma taxativa, subordinar o início de um processo à preexistência do tal sistema de informação geográfica; aliás no plano de actividades e no quadro de pessoal, isto já está contemplado, portanto o processo poderia avançar.

Outra questão, que é uma questão de fundo, é apelar a esta Câmara Municipal, para que não tenha do princípio da participação do processo de planeamento, a concepção redutora de que - participação, é publicar o plano no Diário da República e esperar que hajam pareceres. Que esta Câmara assuma que a construção do concelho, a construção da cidade com este sentido alargado da construção das condições em que nós vivemos neste concelho, pode ser enriquecida se houver uma participação alargada, se houver uma gestão antecipada de conflitos que se colocam sempre no processo de planeamento e aposte decididamente na dinamização da participação e que não a limite ao Gabinete Cidade ou à Comissão Consultiva de Urbanismo. Portanto, que faça de facto uma discussão alargada destes processos.”

Entretanto entraram na sala os vogais Britaldo Normando de Oliveira Rodrigues, Fernando Vieira Ferreira, Virgílio António Couceiro da Cruz Nogueira, Luís Miguel Capão Filipe e Armando Manuel Dinis Vieira.

Vogal Henrique Diz:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Eu gostaria a exemplo do Sr. Salavessa, de pôr em causa o facto de nós termos de esperar pela existência de um Serviço de Informação Geográfica, devidamente digitalizado, para proceder à revisão do PDM. Toda a câmara sabe, que quando se falou do Sistema de Informação Geográfica fui das pessoas que aplaudi a iniciativa, penso que nós não podemos fazer um planeamento correcto sem recorrer a esses meios, pelo menos em tempo útil. Mas parece-me também, que o crescimento da cidade e da actividade no interior da cidade, não se coaduna, com a possibilidade de esperar muito tempo, para se olhar de forma crítica para o PDM em vigor. Neste sentido, eu pediria à Câmara Municipal, que considerasse a hipótese, de proceder a esta análise crítica, mesmo sem dispor ainda dos recursos que a tecnologia hoje em dia nos confere. Muito obrigado”

Entretanto saiu da sala o vogal Nuno Teixeira Lopes Tavares.

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente. Caros Colegas. Acerca do PDM, obviamente que é uma questão pela qual me bato há muitos anos. Como sabem, e não é demais relembrar, que as expectativas criadas à volta da primeira versão do PDM saíram fortemente goradas com prejuízos para toda a gente e nomeadamente, para as áreas suburbanas e rurais do concelho.

Temos problemas gravíssimos para resolver, o Sr. Presidente tem presente uma questão que temos pendente, que nos preocupa a nós Junta de Freguesia e à Câmara, que é um exemplo de como fomos enganados naquela versão final do PDM, uma questão grave que nos estão aí a criar - o facto de na altura, termos sido induzidos em erro; ou caído no logro de aprovar uma coisa que não correspondia à verdade.

Mas ouvi aqui e parece-me que se referiam à actualização cartográfica, que foi desde sempre a minha luta, desde o tempo do então Presidente da Câmara o Dr. Girão. Eu dizia-lhe: como é podia sair um PDM correcto se a Cartografia estava desactualizada. Mas agora também parece-me que não vejo razões e corroborando ali as palavras do Sr. Salavessa, para que se não se avance para uma revisão do PDM, porque há diversas componentes do processo que podem ser corrigidas (a elencação dos diversos problemas, dos diversos processos que fazem parte do bloco PDM), e trabalhadas desde já, porque o trabalho a fazer é demorado e entretanto, de certeza que a actualização cartográfica será feita.

Mas por outro lado, eu já agora deixava aqui uma sugestão à Câmara: então ouvi dizer há dias, que a Universidade tinha um levantamento cartográfico digitalizado do Concelho de Aveiro; e como somos da mesma terra, e a Universidade tendo essa peça fabulosa, não pode cedê-la à Câmara Municipal, para que a Câmara Municipal, agarre neste processo e avance rapidamente para a revisão do PDM? Deixo a questão, gostaria de saber a resposta.

Sr. Presidente, uma vez mais lhe peço e insisto para que se faça de imediato a revisão do PDM de Aveiro, porque as áreas rurais e suburbanas como eu disse, estão fortemente condicionadas. Esta minha preocupação, nem sequer tem por objectivo ocupar o solo com construção - eu quero é um ordenamento do território correcto, quero um urbanismo, nomeadamente na minha freguesia, com qualidade e não uma massificação urbanística e mal semeada e mal estruturada. Daí que, eu acho que a revisão do PDM com a escola que todos nós já fizemos durante este ano, impõe-se e será com certeza uma peça muito melhor, muito mais equilibrada, para bem do nosso concelho.”

Vereador Eduardo Feio:

“Muito rapidamente e sobre três questões que foram colocadas: a primeira do Deputado Filipe Brandão que tem a ver com o porquê de não aparecerem referidos os indeferimentos das licenças de obras particulares? Eles não parecem por uma questão de tratamento estatístico dos documentos. À data quando os Serviços foram organizando o processo, não havia essa informação disponível.

Contudo há outra situação; os indeferimentos hoje, que a Câmara Municipal de Aveiro atribui, só se justificam por duas ordens de razão, quer dizer, não há grandes indeferimentos que tenham a ver com ocupação indevida do território. Como todos nós sabemos, como temos um Plano Director Municipal plenamente eficaz, em Aveiro hoje sabe-se onde é que se pode e onde é que não se pode construir, e o que é que se pode construir nas áreas onde se pode construir - com alguma elasticidade, tendo em atenção o tipo das zonas de construção. Os indeferimentos que aparecem então, são os indeferimentos não de localização, são indeferimentos ou de condicionantes do projecto, ou porque o projecto não é bem presente aos Serviços Camarários. Essa questão também foi suscitada a bem da verdade, na Câmara Municipal, à data da discussão deste regulamento (penso que até está na acta), por um senhor vereador que está aqui

presente. O que se conversou e o que se discutiu, é que vamos tentar começar a preparar o Serviço, de forma a que no próximo relatório essa informação possa aparecer discriminada. A outra questão que tem a ver com o Sistema de Informação Geográfica e com a questão do cadastro e a revisão do PDM. É entendimento da Câmara que por um lado o PDM é um instrumento ordenador de todo o território municipal, que tem um tempo de vida legal de dez anos, no máximo pode estar a doze anos.

Este PDM e tendo em atenção todo o processo de elaboração e aprovação, obviamente que todos nós sabíamos de ante mão, que tinha um conjunto de deficiências, algumas das quais estamos a tentar colmatá-las. Agora o planeamento é um processo activo, e há um conjunto de instrumentos que conseguem rever e colmatar algumas das deficiências do PDM, sem iniciar um processo profundo de revisão do PDM; e um processo de revisão do PDM, é um processo que já no quadro da legislação actual complexo e tendo em atenção que a lei de bases do ordenamento de território está neste momento a ser regulamentada - acabou um processo de discussão pública que tem a ver com os diplomas complementares do regime dos Planos Municipais do Ordenamento do Território, que vai dar novas regras completamente distintas a isto - ainda há este elemento recente, mas que também existe. Pensamos que no curto prazo, não seria dever da forma tradicional PDM, por estas três ordens de razões: uma, é que vamos ver, nomeadamente através das figuras, abaixo do Plano Director Municipal que estamos neste a elaborar, nomeadamente o Plano de Urbanização da Cidade de Aveiro, que é um plano que ocupa uma grande área do território do município e que vai permitir fazer um zonamento e colmatar algumas deficiências nomeadamente na área prédio/urbana da cidade em termos do ordenamento do território; a outra tem a ver com a necessidade imperiosa de termos um cadastro actualizado, para não cometermos os erros que foram cometidos há sete anos atrás, de forma a que as coisas estejam correctas e que se calhar esperar meio ano, tendo isso na mão, é melhor do que avançar logo e quando chegarmos à altura de o aprovar e em que temos que tomar decisões importantes, podemos ter outra vez um plano que em termos da sua gestão, porque os planos de falhas, não são para os ter depois em cima da prateleira, mas sim para serem instrumentos de gestão - urbanística neste caso, e a questão do território e a questão das actividades. A questão da localização exacta e do cadastro perfeito é fundamental. Portanto, segundo penso, temos a hipótese de termos um Sistema de Informação Geográfica, também no curto médio prazo. Estamos a falar de um projecto que já está a andar e penso que está aprovada uma parte dele - portanto, estamos a falar de dois, três anos. Portanto, é importante articular estas situações.

Por estas três ordens de razão, um quadro legal que está em mutação neste momento; mas mais do que isso, a necessidade imperiosa de ter um cadastro perfeitamente correcto e temos o instrumento para o conseguir, já a andar; e temos capacidade ainda através de um conjunto de outras figuras de planeamento abaixo do nível do Plano Director Municipal, para conseguir colmatar um conjunto de problemas que há ao nível do ordenamento do território do município, nomeadamente a área prédio/urbana, sendo em dificuldade que todos nós vamos participar nesta discussão. Por último penso que a questão da participação pública e da forma de todos trabalharmos no sentido de termos um melhor ordenamento do território e um melhor planeamento. É óbvio que o processo de planeamento em si deve viver de mãos dadas pela boa participação pública.

O sentido deste Executivo, é que não se restrinja àquilo que é legalmente obrigatório neste momento, mas que a próxima legislação que está para sair vai aumentar os elementos de participação, é fazer um planeamento participado e criar espaços não só a nível de instituições como o Gabinete Cidade ou como a Associação de Urbanismo que foi criada, em que há um determinado tipo de discussão, mas que no quadro da elaboração dos planos municipais de ordenamento do território, hajam mecanismos de participação mais abrangentes, abertos a todos os munícipes - de forma a que toda a gente possa dar a sua opinião na construção do que

é o nosso município. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa:

“Temos concluída a apreciação deste ponto, pelo que passaremos de imediato ao ponto número cinco da ordem de trabalhos.

No ponto seguinte trata-se de um regulamento sobre o quadro de pessoal do município; a Câmara em reunião de trinta de Março, aprovou este texto e conclui que esta deliberação carece de aprovação da Assembleia.

Eu, já mais do que uma vez, pedi à Câmara que fizesse a fineza de não concluir as deliberações desta maneira, porque esta Assembleia não tem que aprovar deliberações de Câmara nenhuma, nem da Câmara de Aveiro.

A Assembleia aprecia os regulamentos, aprecia as propostas e aprova-as ou rejeita-as; e às vezes até as altera quando é o caso.

Agora, aprovar deliberações da Câmara!..., nós não tutelamos o Executivo a ponto desta Assembleia ter que aprovar deliberações camarárias.”

PONTO N.º 5 - REGULAMENTO ORGÂNICO E NOVO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal na reunião extraordinária de 30-03-99, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal e faz parte do original desta acta em anexo).

Deu entrada na sala o vogal Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sr. Presidente. De facto já nos tinha sido chamado à atenção para essa forma incorrecta de submeter as nossas propostas à Assembleia - vamos estar atentos da próxima vez.

O que trazemos de facto a esta Assembleia, é o novo Regulamento Orgânico, um novo Organigrama e um novo Quadro de Pessoal; e fundamentamos esta proposta na necessidade sentida todos os dias - de alguns anos a esta parte - de fazer corresponder melhor, as estruturas, a organização e os funcionários que temos, às necessidades, às solicitações com que somos diariamente confrontados.

É um processo como sabem, e como é aí dito o último regulamento orgânico foi aprovado há oito anos, e entretanto de facto a vida mudou muito, a dinâmica em Aveiro é outra, há coisas novas que apareceram, a carreira da função pública tem se vindo a degradar ao nível salarial e tudo isso faz com que na Câmara nós tenhamos deparado com vários desajustamentos funcionais e orgânicos, e era aliás um mal que já vinha sendo sentido há algum tempo, porque o processo de reestruturação dos Serviços já em tempos tinha começado mas nunca foi tão longe que conseguisse ter chegado a uma proposta final aprovada.

O objectivo da reestruturação que agora propomos é pois por um lado, uma reestruturação que visa melhorar a qualidade da prestação do serviço e por isso aposta-se na melhoria das carreiras, no desbloquear das carreiras, nalgumas carreiras novas e nalguns departamentos novos e também necessariamente, num aumento quantitativo do número de funcionários - não queremos fugir ao problema, há de facto um aumento quantitativo do número de funcionários; e porque sentimos diariamente, que os funcionários que temos, estão a trabalhar com uma enorme sobrecarga e essa sobrecarga reflecte-se necessariamente na deficiente prestação do serviço, quanto mais não seja, por ele não ser atempado e rápido como devia ser.

Vale a pena sublinhar, as principais novidades: algumas divisões passaram a departamentos e alguns departamentos novos foram criados. Por exemplo, separou-se a área administrativa, jurídica e de pessoal, da económico-financeira; de facto a complexidade das questões

económicas e financeiras com que um município se depara neste momento, justifica plenamente que trabalhe com autonomia em relação à parte administrativa, não só devido à especialidade mas também porque é preciso de facto dotar a Câmara de profissionais qualificados nestas áreas; e se nós não tivermos um departamento que permita remunerar pelo nível de Director de Departamento, não conseguimos de modo nenhum ter profissionais qualificados a fazer estas funções.

Por exemplo, não havia juristas na Câmara Municipal de Aveiro, o que é um pequenino escândalo eu diria. Não havia economistas o que é outro pequenino escândalo. E portanto julgamos que são funções que devem estar bem preenchidas, porque a necessidade de consulta jurídica e de consultadoria económica na área autárquica, na nossa actividade autárquica é enorme.

Depois o Planeamento - as Obras Particulares e as Obras Municipais, achámos por bem, que passassem a constituir também departamentos. Aqui pela razão que evoquei há bocado: de facto são sectores em que é necessário haver um director de departamento, com algumas chefias de divisão, para que de facto o trabalho possa ser correctamente feito e atempadamente feito. São inúmeros os pedidos, a pressão quantitativa dos processos é enorme, nós para fazermos um trabalho que seja de qualidade e que seja sério, necessitamos de ter profissionais competentes nestas diferentes áreas. É evidente que esta autonomização departamental não quer dizer que haja qualquer arrumo estanque entre eles, pelo contrário, tem que haver e tem que ser muito eficaz a comunicação funcional entre estes três departamentos, porque naturalmente as obras municipais têm que se articular com o planeamento e as obras particulares com as municipais e com o planeamento também.

É criado pela primeira vez, um departamento de informática, penso que todos nós na nossa vida diária sentimos falta da informatização dos Serviços e de responsáveis técnicos competentes para resolver os problemas: de programação e funcionamento e de configuração dos sistemas que existem.

Ainda há pouco se falou no SIG, é outra das emergências para a qual temos que estar devidamente preparados.

Elevámos também a Departamento e aqui é digamos uma valorização política, o Sector da Habitação Social, o Sector da Cultura, da Educação, do Desporto e da Juventude. Corresponde de facto, à muita importância que atribuímos a estas áreas e ao muito trabalho que estas áreas estão a exigir da Câmara de Aveiro. A habitação social por razões evidentes; a cultura porque felizmente que vivemos num concelho riquíssimo do ponto de vista do dinamismo cultural, com múltiplas associações culturais de toda a ordem; a educação porque cada vez mais a autarquia tem competências em matéria de educação e temos que estar à altura de responder muito bem neste sector, que é um sector vital para o futuro da nossa juventude; o desporto e a juventude pela mesma ordem de razões - Aveiro está no plano estratégico e está na cabeça de toda a gente, julgo eu - a aposta no desporto, é uma aposta estratégica para o desenvolvimento do concelho de Aveiro. Temos uma população muito jovem, com idades que são abaixo das médias nacionais, e se apostarmos no desporto, se apostarmos na construção de equipamentos à altura e que correspondam à potencialidade desportiva que é dada por essa população jovem, estamos a fazer a aposta certa no desenvolvimento não só da juventude, mas também de toda a economia associada ao fenómeno desportivo.

O novo departamento de Serviços Urbanos, visa de facto dotar o município de uma empresa municipal eficiente, para que preste serviços urbanos e obras públicas e que esteja de facto organizada segundo critérios de gestão claros, transparentes, eficientes, e portanto, também aqui não pode ser uma pessoa sem formação a dirigir os armazéns gerais (os velhos armazéns gerais), é preciso dotar os quadros dos armazéns gerais de engenheiros, técnicos qualificados, capazes de fazer essa gestão que todos ambicionamos.

A Fiscalização Municipal; ambicionamos também reformulá-la completamente. Não podemos

ter como existe agora, um grupo de pessoas que não são especialistas em nada e tem que fiscalizar obras complexas de construção civil; a colocação de publicidade; Mercados e Feiras - é de facto uma amálgama sem especialização, que tem como resultado: toda a gente se queixa e todos têm razão. Porque de facto por mais que os nossos fiscais se desdobrem eles não conseguem fazer (nem estão preparados), para fazer um trabalho eficiente.

Não foi esquecido também, como eu digo aqui na introdução, a apetência, o novo enquadramento dos canais urbanos e portanto, estão previstas desde já a competência da Câmara sobre as eclusas e comportas; e também não foi esquecido que o Centro de Congressos e o Parque de Feiras, terão tendência para ter uma gestão mais autónoma, mais personalizante, “quicá” poderem vir a ser independentes da Câmara, quer através de uma concessão, quer através de outro mecanismo.

De resto os lugares do quadro que aparecem evidenciados, foram aqueles que no nosso ponto de vista se afiguram necessários, em termos ideais, para que todos estes departamentos e divisões pudessem funcionar. Naturalmente também, a ideia não é preencher o quadro de uma forma abrupta e completa, até porque isso impediria depois progressões na carreira; é sempre necessário deixar uma margem que permita aos funcionários inferiores irem progredindo na carreira, sob pena de a disponibilidade orçamental ficar tapada e vamos fazê-lo contidamente, em função das necessidades mais prementes.

Na documentação que vos foi distribuída, há um anexo em que aparecem discriminadas todas as funções, respectivos encargos financeiros. É evidente que isto implica (na hipótese maximalista, mas também aquela que nunca se fará), um aumento de quatrocentos e setenta e quatro mil contos, que seria o dado pelos lugares a criar. Mas como também há lugares a extinguir ...

Se os meus números estão correctos, nós temos encargos com lugares ocupados actualmente, oitocentos e setenta e um mil, novecentos e setenta e quatro contos; encargos com lugares vagos (que estão por preencher) trezentos e sessenta e cinco mil, cento e sessenta contos; encargos com lugares a criar, quatrocentos e setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e seis contos; e a redução dos lugares a extinguir ainda daria, mil duzentos e sessenta e cinco contos. O que quer dizer que se ocupássemos, se fizéssemos estas somas e estas subtracções, no total nós teríamos em vez de um quadro que representa agora um milhão, duzentos e trinta e sete mil contos, um quadro que representaria um milhão, setecentos e dez mil contos. É um aumento que é significativo.

Agora: quanto é que a Câmara gasta? Que era a informação que eu disse que estava naquilo que foi distribuído. Com os funcionários actualmente são oitocentos e setenta e um mil, novecentos e setenta e quatro contos, e portanto, o esforço financeiro a criar, seria de quatrocentos e setenta e quatro mil, quinhentos e sessenta e seis contos.

Bom, além disso, e talvez devesse ter começado por aí, também se reforçam os Serviços de Assessoria e de Apoio ao Executivo; de facto a actividade do Executivo necessita de um apoio mais profissionalizado, cada vez mais; há relações públicas e protocolos que absorvem imenso tempo. Nos Serviço de Assessoria e Apoio ao Executivo, estão previstos: um Gabinete de Apoio, a ideia é profissionalizar de facto, e o Presidente poder ser assessorado por técnicos profissionais, nas diferentes áreas; porque há projectos especiais e há um acompanhamento específico, que o Presidente pode dar melhor, se estiver melhor acompanhado nessas áreas.

Depois há o Serviço de Relações Públicas e Protocolos, que penso que toda a gente entende: a Câmara de Aveiro é solicitada para inúmeras cerimónias, tem que organizar uma série delas também e quer a esse nível, deixar ficar bem representada a sua cidade.

Assessoria para a Comunicação Social. Também penso que toda a gente entende; a Câmara tem que ler os jornais todos, ouvir os jornais todos, fazer circular a informação, e isso exige de facto pessoas especificamente preocupadas, em fazer essa triagem, essa selecção e esse trabalho de divulgação da actividade da Câmara e de tentar perceber as queixas dos munícipes que nos chegam através dos órgãos de informação e o que fazem outras entidades também, na nossa

cidade.

Finalmente, Geminações e Relações Internacionais, porque é um tipo de acompanhamento com alguma especificidade, implica um domínio razoável das línguas; algumas viagens fora; muita atenção cultural às cidades irmãs; dinamização de projectos de outra índole - económica, designadamente e que vão para lá daquilo que é o mero protocolo de rotina.

Serviço Municipal de Protecção Civil. É de lei, é uma competência do Presidente da Câmara, que ele tem que assumir.

Depois temos os departamentos, que já há pouco enunciei, mas que vou agora particularizar melhor.

Haverá no Departamento administrativo, Jurídico e de Pessoal, uma Divisão Jurídica. É absolutamente imprescindível, a Câmara de Aveiro tem que ter um acompanhamento jurídico eficaz, eu diria em todas as suas grandes decisões, e a situação que encontramos foi exactamente a contrária, com algumas situações que até são caricatas e que eu me abstenho aqui de evocar.

Haverá uma Divisão de Arquivo Geral; outra de Organização e Administração; outra de Fiscalização Municipal; e a Divisão de Recursos Humanos.

Depois o Departamento Económico e Financeiro, com uma Divisão Económica-Financeira; uma Divisão de Contabilidade; e outra de Património. Uma fará portanto estudos de caris mais económico-financeiro - saber por exemplo, se a privatização dos Serviços Municipalizados, é um assunto que merece algum desenvolvimento ao nível de propostas concretas; depois saber se o Centro de Congressos tem ou não tem, autonomia de gestão, estudos deste tipo. Saber se vale a pena apostar no Aveiro Basket, se aquilo é uma sociedade falida ... enfim, portanto, há de facto muitos estudos para fazer, de caris evidentemente económico-financeiro. Montar complexos ou operações de engenharia financeira (que os resultados não têm sido maus), tudo isso se fará de propósito neste gabinete.

A Divisão de Contabilidade e a Divisão de Património, escuso de explicar.

O Departamento de Informática. Bom, estão aqui optimizadas as duas divisões que antevemos serem necessárias: uma só para os SIG e outra para a gestão de todo o sistema informático da Câmara, que já neste momento é um sistema importante e cuja tendência é para vir a aumentar.

Depois um Departamento que designámos: Departamento de Desenvolvimento e Planeamento Territorial.

Chamo á atenção para a criação de uma Divisão de Ambiente. Parece-nos que nos tempos que correm, é absolutamente imprescindível e ainda por cima, numa cidade como aquela em que estamos - com tantos problemas ao nível do ambiente.

Uma Divisão só para o Património Imobiliário. É preciso ter uma gestão muito activa do Património Imobiliário e a sobrecarga é fortíssima nesta área. Com pequenas parcelas de terreno e grandes terrenos para comprar, é de facto uma actividade que justifica bem, um reforço dos meios.

Depois o Departamento de Projecto e Gestão de Obras Municipais, corresponde basicamente às obras municipais que temos actualmente: arquitectura e paisagismo, projectos e obras, vias e construções, trânsito.

Gestão Urbanística das Obras Particulares, temos aqui também mais ou menos aquilo que existe: Divisão de Administração, Gestão Urbanística, Topografia e Cartografia e Fiscalização; portanto, teremos aqui uma fiscalização própria e adaptada para as obras particulares, isto é, a Câmara vai poder verificar se os projectos que são aprovados são efectivamente construídos no respeito da aprovação que tiveram.

Departamento de Cultura e Turismo. Autonomizando a acção cultural das bibliotecas e arquivo municipal, dos museus, património histórico e do Centro Cultural e de Congressos.

Educação Juventude e Desporto.

A Habitação e Acção Social e Saúde Pública e os Serviços Urbanos que distinguimos entre uma

Divisão de Serviços Gerais; Parques, Jardins e Espaços Verdes; Máquinas, Equipamentos e Transportes; Obras e Manutenção.

Criámos também uma Divisão de Feiras e Mercados.

E pronto, eu ficava à vossa disposição para outros esclarecimentos, uma vez que todos receberam o relatório e seria exaustivo estar aqui a ler. Gostava só de sublinhar finalmente, que este relatório foi objecto de múltiplas reuniões, não só a nível do Executivo e com a participação activa e profícua de todos os senhores vereadores, foi refeito várias vezes, quer ao nível de arrumação da própria estrutura, quer ao nível da própria terminologia e das funções que aqui estão previstas; quer também ao nível interno pelos diferentes departamentos que tiveram possibilidade de nos fazer chegar preciosas informações concretas sobre obstáculos, dúvidas e sugestões de melhoria.

É com base nesse trabalho que foi feito ao longo dos últimos meses, do último ano, que nós vos apresentamos aqui esta nova proposta de Regulamento Orgânico e Quadro de Pessoal. Muito obrigado.”

Entretanto deu entrada na sala o Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, que assumiu a Presidência da Mesa.

Vogal Filipe Brandão:

“Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. Srs. Membros da Assembleia. Sobre a proposta do regulamento orgânico que a Câmara Municipal hoje nos traz, apetece-me citar um grande filósofo do direito - e vossa excelência Sr. Presidente da Assembleia certamente conhece - que reza: “que juiz do interesse em princípio quem com ele se titula”. O que é que quer dizer esta frase bonita: é evidente que uma vez que a Câmara Municipal nos traz esta proposta e se trata do Regulamento Orgânico da Câmara Municipal, em princípio, se nos traz esta proposta, traz a proposta que julga acertada e que portanto, só motivos ponderosos é que justificariam que ela fosse aqui alterada, por alguém que manifestamente - e por mim falo - não tem a experiência quotidiana que têm os membros da Câmara.

E embora não esteja aqui o Sr. Deputado Diogo Machado, eu neste ponto sou forçado a concordar com as suas (às vezes) fastidiosas, porque repetitivas, considerações sobre a actividade camarária. É que de facto, aqui se verifica a existência de uma solução de continuidade com a proposta que estaria a ser burilada no anterior Executivo.

Eu recordo, porque a acta da reunião camarária acompanha esta proposta, refere a declaração de voto do Sr. Prof. Celso Santos e do Eng.º Belmiro Couto. O Sr. Prof. Celso Santos com a autoridade que se lhe reconhece, por ter sido Presidente desta Câmara, que vota favoravelmente, ou seja, votou a proposta que hoje nos é submetida, «reconhecendo a retoma que foi feita do trabalho do anterior Executivo, reconhecendo o envolvimento e os contributos positivos, que os membros do actual Executivo deram à proposta», ou seja, quem de há muito tinha responsabilidades nesta matéria, reconhece que as mesmas foram respeitadas e aquelas que foram acrescidas reconhecem particularmente positivo.

Também, face a isto, e penso que isso já bastaria para assegurar o meu voto, também a Dr.ª Maria Antónia Pinho e Melo, representante nessa reunião do PSD - Vereadora, portanto - entendeu que «as questões que eventualmente levantariam alguma objecção, se encontravam perfeitamente esclarecidas» e portanto, também ela deu assim o seu aval, merecendo então esta proposta a unanimidade da vereação deste município.

Portanto, posto isto, penso que nenhuma objecção de fundo poderia aqui subsistir, salvo devido respeito por opinião contrária, sendo certo que, a crescer a estes considerandos está também um outro que é expresso de modo unanime por todos os membros da Câmara Municipal, que é o reconhecimento da premência que há na aprovação deste documento. Portanto, também este argumento justificaria a sua votação favorável.

A terminar, expressando de modo inequívoco que também nós subscreveremos esta proposta, que é considerada por quem caberá a responsabilidade da sua implementação, julgou favorável. Eu só não resisto a dizer que há uma lacuna nesta proposta de Regulamento Orgânico e de organigrama, é que eventualmente devia ser criada a figura do revisor municipal, para evitar aquelas costumeiras gralhas e que arreliam particularmente o Sr. Presidente da Câmara e que impediriam designadamente, que a folha cinco: “permente”, visse o seu “e” e o “r” trocados, desvirtuando obviamente o sentido da frase.

Com isto termino, reafirmando o nosso apreço por esta proposta; partilhando dos anseios dos funcionários camarários que há muito anseiam por uma revisão profunda do seu regulamento orgânico e portanto, com a pública afirmação de que esta bancada está interessada na rápida aprovação desta proposta e que ela passe a vigorar. Muito obrigado.”

Vogal António Salavessa:

“Sr. Presidente. Srs. Deputados. Quando se diz que há uma realidade nova, que é preciso dar resposta, e na base dessa nova realidade se criam cento e sessenta e três novos lugares no quadro do município, é razão para perguntar: se essa nova realidade não daria para extinguir algo mais do que cinco lugares?! Normalmente, quando uma realidade evolui - evolui, as coisas transformam-se, e há coisas que é preciso dar, baixar, abater. E talvez fosse de existir uma reflexão maior sobre aqueles lugares que estão vagos há tanto tempo e que porventura não se justifica a sua existência e se poder actualizar também esta realidade orgânica, à luz da realidade prática que existe no município ao longo dos anos.

De qualquer forma, parece-me algo estranho, mesmo tendo em conta toda a argumentação e tudo aquilo que já foi avançado por parte do Sr. Presidente da Câmara, que este município com tudo aquilo que se pretende alterar e realizar, necessite de tantas novas Divisões e tantos Departamentos! Que cria trinta e um novos cargos de dirigentes ou de chefia, que cria vinte e seis lugares de técnicos superiores e que, por outro lado, na carreira operária não cria um único lugar - é zero; na carreira administrativa não cria um único lugar - é zero; e mesmo na carreira de auxiliar apenas cria dez lugares.

Portanto, há de facto um aumento muito grande em termos percentuais, em termos absolutos, dos dirigentes, das chefias, dos técnicos superiores e de alguns técnicos especializados, mas não existe um crescimento em pirâmide. Não se sabe bem, em que serviços administrativos, em que apoios administrativos e em alguns casos em que apoios operários, é que este quadro se vai desenvolver ou que acção se vai desenvolver.

Parece-me que a pirâmide normal no Serviço Municipal estreitou relativamente na base e tende a alargar no topo, portanto deformando aquilo que deve ser um estrutura normal deste tipo de organizações.

Poderá o Sr. Presidente da Câmara dizer que é necessário, que é assim, mas as dúvidas persistem. Meramente a título de exemplo, as necessidades de apoio jurídico são evidentes e foram reivindicadas repetidamente nesta mesma Assembleia ao longo dos anos, mas eu não sei se justifica a passagem de dois lugares, só com um ocupado, para sete lugares! Portanto, se um salto destes se justifica de facto; e o que se passa na área jurídica se passa eventualmente noutros sectores. O Sr. Presidente dirá, mas eu tenho muitas dúvidas quando nos aponta uma alteração deste tipo em que são criados no quadro da Câmara, uma série de sectores e de serviços que a Câmara frequentemente recorre no exterior. Não seria desadequado que a Câmara fizesse acompanhar este Regulamento de uma previsão daquilo que pensa poupar na contratação de serviços ao exterior. Portanto, acho que há aí um elemento de apreciação que seria útil considerar.

E mais lhe digo, é que espero sinceramente, se este quadro vier a ser aprovado e implementado, se assista efectivamente a uma redução dessa verba nas contas do município, porque se isso não acontecer, não faz qualquer sentido esta alteração que aqui se está a propor.

Por outro lado, é uma perspectiva de Câmara Municipal que aqui está, não é uma perspectiva de município; nem que fosse num cantinho, nem que fosse em meia página, devia estar referido o diagrama dos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, devia estar em algum lado. Onde é que estão o Sr. Cartaxo e o colega? Onde é que está a Assembleia Municipal? Percorra isto - a palavra Assembleia Municipal não me parece que conste, a não ser que me tivesse escapado alguma coisa. Pode ser um lapso de linguagem, por parte do Sr. Presidente da Câmara.

Em relação à assessoria para a Imprensa ou para a Comunicação Social, falou o Sr. Presidente da divulgação da actividade da Câmara. Seria muito bom, mas a formulação que está no regulamento não é assim de facto, mas aquilo que estivesse na cabeça do Sr. Presidente seja o que está no regulamento, isto é, que esses Serviços servem para divulgar a actividade do município e quando se diz do município, é de todos os órgãos do município.

Em resumo, o facto de se apostar fundamentalmente em cargos de topo, esquecendo as carreiras intermédias e as necessidades de contratação de pessoal operário e de pessoal administrativo, considerando que não há um esclarecimento sobre os custos que poderão ser poupados na aquisição de Serviços, considerando esta falta de consideração pela Assembleia Municipal, precisarei de mais explicações para poder apoiar este regulamento orgânico.”

Vogal João Maia:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente da Câmara. Srs. Vereadores. Srs. Deputados. Falar em reestruturação é evidente que será sempre bem vinda. Reestruturação em qualquer Serviço é necessária e portanto, será bem vinda.

É evidente que desde noventa e um, que não há uma reestruturação na Câmara e com certeza que esta terá sido planeada a longo tempo e talvez, tal e qual como o Sr. Presidente da Câmara disse na última reunião, isso se deva a uma falta de qualidade do pessoal. Não sei se será? Talvez seja!! Mas a verdade é que a idade média do nosso pessoal, a entrada numa era em que o computador começou a dominar, eu acabo mesmo por louvar o pessoal que a Câmara neste momento tem, na medida em que sei do esforço de actualização que terão feito (a mim custou-me muito) para que se pusessem a par das novas técnicas.

É evidente que, esta reestruturação preocupa-me um bocado em termos digamos, financeiros. Quando nós sabemos que os custos de pessoal não podem ultrapassar os sessenta por cento, das receitas. Mas com certeza que o Sr. Presidente está atento a essa possibilidade e as ilegalidades não serão portanto feitas.

Eu gostava de contribuir com duas ou três achegas, sobre esta reestruturação. Primeiro, em termos de ambiente: em termos de ambiente a criação de dois novos lugares - eu espero que não sejam apenas, pelo facto da Câmara ter dois estagiários nessa área. É evidente que a criação destes dois lugares não estarão directamente ligados a problemas de higiene e limpeza; o aterro sanitário é um facto e, portanto, será por essa via que a Câmara avançou para a criação de dois lugares? Julgo que não. A SUMA, a ERSUC, julgo que são empresas que tomarão a seu cargo esses problemas ligados à higiene e limpeza e ao tratamento dos resíduos sólidos e urbanos.

Será com certeza, mais a preocupação da degradação do ambiente; degradação essa que com certeza preocupará a Câmara em vários Sectores - e bem haja, pela criação desses dois lugares mais. Eu julgo que problemas como o da Pateira de Requeixo, que tem que ser olhada de frente, tem que ser olhada com visão - é uma jóia por lapidar aquilo que nós temos ali em Requeixo; os problemas do Vale das Maias; tudo isso levam-me a supor que será a degradação do ambiente, a preocupação primeira da Câmara, para que não haja situações das mais diversas, como seja, por exemplo, a alteração das linhas de água, ocupação de zonas húmidas, a defesa dos espaços verdes. Claro que para além disto tudo, eu estou-me a lembrar que pertence à Câmara - os Serviços Municipalizados; e nos Serviços Municipalizados, está lá uma Divisão de Ambiente, há um técnico qualificado: até que ponto é que a actividade da Câmara vai fazer uma Divisão paralela? Até que ponto, é que a actividade da Câmara, não poderá ser enquadrada nesses

Serviços de Ambiente dos Serviços Municipalizados?

Eu acho interessante e já falei nisto anteriormente - não nesta Assembleia - o caso dos transportes escolares: tendo os Serviços uma Divisão de Transportes Urbanos, porque é que os transportes escolares não são tratados dentro dos STUA? Porque é que há-de ser a Câmara a desenvolver todo o processo, a ir buscar as vinhetas aos Serviços Municipalizados? Porque é que isso não pode estar centralizado nos Serviços Municipalizados? É uma pergunta que faço ao Sr. Presidente.

Outra questão será o Desporto. Eu não sei se a Câmara vai querer fazer desporto! Eu estou convencido que não. Portanto, eu alertava a Câmara que já há vários anos, o Ministério da Educação disponibiliza professores de Educação Física, para em destacamento desenvolverem a sua actividade nas câmaras. E o destacamento de um professor de Educação Física, numa câmara, acho que era uma situação óptima porque era mais económico para a câmara e por outro lado tinha a possibilidade de anualmente ir trocando de profissional, não criando uma acomodação do técnico ao município, dando possibilidade de anualmente de a Câmara ter um técnico de desporto de uma área diferente e chegar até à população. Claro que também a actividade do professor de educação física ou de desporto, não sendo propriamente a finalidade da Câmara a criação da actividade desportiva mas sim o apoio ao desporto - e quando se fala de apoio ao desporto: o desporto de formação, de competição e fundamentalmente de manutenção. Eu acho que o desporto de manutenção tem sido o parente pobre da nossa Câmara, já de longa data; a terceira idade não tem o apoio necessário que devia ter.

Preocupa-se muito, a Câmara, com o apoio à formação, à competição, mas ao desporto da terceira idade há realmente um déficit. Eu lembro por exemplo, que no princípio desta década o número de recintos desportivos cimentados eram dez; por volta de mil novecentos e noventa e três, já tínhamos trinta recintos desportivos. E eu estou convencido, que neste momento, o lucro que se tira dessa triplicação de recintos não foi conseguido.

Gostava ainda de tocar em dois pormenores: relativamente às comportas, os técnicos - não sei até que ponto é que já foram definidas as competências dos técnicos para as comportas (na leitura que fiz do regulamento não apreciei isso), mas há bocado, pareceu-me que o Sr. Presidente se referiu a técnicos com vista a terem actividade junto das comportas. Eu gostava de saber, que competências é que já foram definidas para esses técnicos, e enquadrados em que funções?

Por último, para terminar eu gostaria de perguntar: relativamente à actividade da Câmara junto dos museus e do turismo, que como nós sabemos em Aveiro, no centro do município, havendo sediadas organizações ligadas ao museu e ao turismo, se não seria mais fácil ter um vereador, para uma actividade mais intensa junto destes serviços? Eu não sei realmente qual é o interesse da Câmara em ter alguém ligado aos museus - será pelo facto de já termos alguns no nosso município e vai ser criado outro bastante importante, ou será para evitar situações como aquela que nós apreciámos no Museu de Aveiro, em que a frente foi arranjada, mas do lado da igreja de S. Domingos ficou lá paninho de seis por cinco, que não foi arranjada. De certeza que não foram os custos, de certeza que aquilo foi uma falta de atenção dos responsáveis. Muito obrigado, Sr. Presidente.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Algumas sensações contraditórias, creio que nos assolam a todos nós, na discussão de um documento deste teor e deste caris. Em primeiro lugar, será evidente e talvez quase obrigatório, louvar a coragem da autarquia e quem a dirige, em (num curto espaço de um ano e pouco), apresentar a esta Assembleia um regulamento orgânico novo. Novo e completamente novo! Eu gostava de voltar a frisar, completamente novo!

É corajoso da parte da autarquia, principalmente quando este novo regulamento orgânico não é, do nosso ponto de vista, um claro exemplo de virtudes. Não sendo também, consequentemente,

uma clara necessidade (vestida que está nestes termos), para esta nossa autarquia e portanto, do nosso ponto de vista, repito, não é esta aquela reestruturação que nós gostaríamos de ver produzida. Louve-se portanto, a coragem - não se louvará, como compreenderão a execução posta na proposta.

E começava a análise desta proposta, perguntando directamente: qual foi a equipa, quem da Câmara teve a responsabilidade e a obrigatoriedade, de neste espaço de tempo redigir e executar este documento? Esta questão é para mim significativa - perdoar-me-ão aqueles que não a acham - porque, talvez conhecendo esta equipa, eu pudesse tentar adivinhar alguns dos critérios, que estão por detrás e que fundamentam este novo regulamento orgânico. Não sei quem é a equipa, mas de igual modo vou tentar deitar-me a adivinhar alguns critérios. E os critérios que a mim me parecem mais óbvios, que saltam mais à vista deste documento, são critérios claros de oportunidade do momento. Não são obviamente critérios de fundo, não são obviamente critérios que permitissem o aparecimento de um documento, que não tivesse que ser mexido durante vinte anos - pelo menos. Não são! Este Regulamento Orgânico, na minha opinião, não adequa os Serviços da Câmara, à entrada do novo milénio, com todas as exigências que por aí entrarão também, em despeito de criar um departamento de informática, ao mesmo tempo que cria um departamento para gerir os Armazéns, onde diz o Sr. Presidente, que são necessários engenheiros qualificados - mas eles já lá estão a trabalhar, e portanto, se calhar, aqueles que já lá estão a trabalhar contratados não sei como, não é uma crítica, é dizer que não sei como é que foram contratados. Se calhar já estão contemplados, neste novo regulamento orgânico, para poderem debaixo deste guarda chuva continuar a exercer as suas funções - creio que será isto.

Agora: por exemplo, em relação aos Armazéns Gerais - pergunte-se aos Presidentes de Junta, faça-se-lhes a justiça, até têm apoiado este Executivo mais do que seria desejável, creio eu, mas têm a liberdade e a legitimidade para o fazer; pergunte-se neste caso concreto, se esta nova gestão, pré-regulamento orgânico novo, dos Armazéns Gerais, lhes facilitou a vida? Pergunte-se se é mais rápido agora limpar valetas? Pergunte-se se é mais rápido agora ter uma máquina a tapar um buraco? E portanto, lhe digo Sr. Presidente, com este pequeno e insignificante exemplo, que a ideia subjacente a este regulamento orgânico, já estava posta em campo pela sua atitude de contratar as chefias dos Armazéns que estão em funções. E se as chefias dos Armazéns que estão em funções, não agilizaram a gestão dos Armazéns, como é que este Executivo entende que será possível que essa gestão se agilize, apenas e só, vestindo aos senhores e senhoras que estão a gerir os armazéns, por exemplo, um fato à medida. E aliás foi sempre isso que eu chamei a este regulamento orgânico - foi um fato à medida. E é claramente um fato à medida. E à medida de quem? À medida de um livre arbítrio e de um critério, desconhecidos. Os critérios era uma pergunta que eu gostava de ver respondida e acho fundamental que seja respondida hoje; exemplos de outros municípios que tenham regulamentos orgânicos semelhantes a este, por um lado; ou fontes onde o Município de Aveiro foi beber ensinamentos ou exemplos para construir um regulamento orgânico igual a este?

Depois a história das Divisões; são trinta e quatro Divisões, mais vinte e cinco do que as que existiam. Tudo isto implica claramente, como dizia o Sr. António Salavessa e bem, um apostar decidido nas chefias - porque se os senhores correrem os olhos pelos lugares a criar neste role, em mais nenhum lugar do quadro criado, por criar, ou a criar, existem vinte e cinco novos lugares, em mais nenhum existe isso, e tudo isto implica que ao contrário daquilo que o Sr. Presidente aqui quis fazer passar como areia claramente atirada para os olhos, o número de lugares do quadro actual, são setecentos e trinta e nove - está aqui escrito neste documento que nos foi distribuído; o número de lugares ocupados são quatrocentos e setenta e cinco - está aqui escrito também no documento que nos foi distribuído; o orçamento anual, com os vencimentos inerentes a estes quatrocentos e setenta e cinco lugares ocupados, são oitocentos e setenta e um mil, novecentos e setenta e quatro contos; isto é quanto o Executivo gasta por ano. O número de

lugares vagos, são duzentos e sessenta e quatro, implicariam caso fossem preenchidos trezentos e sessenta e cinco mil contos, números redondos - mais cem mil contos para menos cem lugares. Isto para mim diz-me claramente o seguinte: está-se a apostar na cabeça, está-se a multiplicar os patamares de decisão, está-se quanto a mim a criar uma estrutura vertical demasiado pesada, está-se quanto a mim a proporcionar que o Presidente da Câmara esteja cada vez mais distante, do executante - não é tenha que estar próximo, sobretudo quando o executante normalmente só tem a quarta classe, se calhar não o entende Sr. Presidente! O problema é que se o executante só tem a quarta classe, é óbvio que há que criar patamares intermédios; se calhar à medida que vamos descendo, descemos também no grau de formação - se calhar!! Mas estamos a investir é nas chefias. Isto implica no total, um duplicar dos encargos gastos anualmente, por este município com este regulamento orgânico e com o quadro todo preenchido, ou seja, mesmo que os lugares vagos fossem todos ocupados, isto implicava - tudo preenchido - mais quinhentos mil contos (números redondos) do que actualmente se gasta. E aqui entra uma pergunta: eu não entendo como é que com a actual situação financeira que o Sr. Presidente diz que continua má; com uma calamitosa situação financeira herdada do Executivo anterior - palavras do Sr. Presidente da Câmara, não corroboradas por mim, obviamente; com o aumentar do endividamento da Câmara, aqui provado na última reunião; como é que se apresenta a esta Assembleia, um regulamento que implica, na melhor das hipóteses - quinhentos mil contos, mais, por ano; na pior das hipóteses oitocentos mil contos, mais, por ano. O argumentar-se ou contra argumentar-se, que este regulamento orgânico agilizará ... explique-se porquê!! Explique-se porquê, se se criam mais patamares de decisão, se se cria mais transferência burocrática. O argumentar-se que este regulamento orgânico, "fará a autarquia poupar dinheiro" - explique-se porquê, por que em lado nenhum isso foi explicado: o Sr. Salavessa perguntou - quanto é que se ia poupar com a contratação de Serviços; eu pergunto: para quê criar Divisões como a dos Armazéns, para a seguir, como o Sr. Presidente disse, se criar uma empresa municipal de gestão dos Armazéns, ou até para se concessionar? Para quê criar Divisões?

Mais terei para dizer e reservar-me-ei, à semelhança dos Armazéns Gerais, do Centro de Congressos e do Parque de Feiras, o Sr. Presidente hoje admitiu concessioná-los. Então porquê criar Divisões? ... obviamente para preparar a concessão!! Então quer-se dizer: estão a criar-se lugares de chefia, para preparar uma transição?! Está a gastar-se mais quinhentos mil contos, na melhor das hipóteses por ano, para preparar uma transição para uma concessão? E isto é um regulamento orgânico do futuro?

Sr. Presidente, não tente - creio eu - tapar este sol com esta peneira, esta peneira não serve claramente para nós; não tente explicar-me tudo isto, tintim por tintim, creio que a minha decisão já está tomada, em termos de voto; louvo-o pela sua ambição; louvo-o pela coragem que teve. Não o posso louvar, pela qualidade do documento; não o posso sequer louvar, pela maneira simplista com que nos apresentou os documentos, fazendo apelo até, a motivações sociais de baixa índole, para que se aprovasse um documento, que não esconde nele próprio ou não encerra nele próprio, qualquer tipo de preocupação social por tudo o que aqui foi exposto. E reservo-me para uma futura intervenção."

Vogal Pedro Pires da Rosa:

"Sr. Presidente, muito obrigado. Gostaria de dizer em primeiro lugar, que votarei favoravelmente. E gostava de o dizer, porque fiquei um pouco surpreendido com a intervenção do Sr. Diogo Machado. E só posso calcular, certamente, que ou não leu todos os documentos que lhe foram conferidos para a preparação deste debate ou então leu só a parte que quis.

Diz o documento na sua introdução, a respeito da pergunta do Sr. Diogo Machado ao Sr. Presidente da Câmara, "quem tinha contribuído para a elaboração deste documento?"; e diz o documento «foi possível agora, depois de uma ponderada análise das necessidades e dos meios

existentes, e de associar esta reflexão ao parecer de todos os Serviços e o contributo muito útil de toda a vereação, para chegar a uma proposta final deste processo.» E diz ainda - aquando da votação deste documento, diz a declaração de voto dos vereadores do Partido Popular na Câmara Municipal de Aveiro, e só para retomar a questão, foi votado por unanimidade, e diz a declaração de voto «reconhecendo a retoma que foi feita no trabalho do anterior Executivo, reconhecendo o envolvimento e os contributos positivos, que os membros do actual Executivo deram à proposta.» Portanto, considerando e aceitando, obviamente porque legítima é a opinião do Sr. Diogo Machado, eu aproveitava, porque certamente desconfio que talvez não seja esta a opinião dos respectivos membros da bancada do Partido Popular. Muito obrigado Sr. Presidente.”

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

“Eu gostaria de fazer um pouco eco de várias solicitações de rua, dentro da própria Câmara, em alguns Serviços, vários trabalhadores que se me dirigiram perguntando com bastante preocupação, exactamente pela aprovação deste documento que temos hoje aqui.

Por isso mesmo, digo que talvez não me tenha apercebido da importância do que aqui está, passe embora não me tenha debruçado em profundidade sobre o seu estudo, porque neste aspecto, eu penso o que já pensava para o Dr. Girão e para o Prof. Celso, e que sempre disse (está em acta) neste tipo de coisas, eu mantenho-me. Hoje é esta Câmara que nós temos aqui, é ela que é a responsável pela organização deste organigrama, é ela que é a responsável por esta organização para a gestão, e é ela que tem o direito de o fazer. Se mal, se bem, iremos ver. Uma coisa é certa, eu penso que nenhum de nós tem o direito de se interpor; tem o direito de sugerir, mas posto ainda mais, que em tudo quanto vem escrito se lê em abundância que houve a preocupação de facto de ouvir esses mesmos trabalhadores, os actuais, os que já estão, e de estudar em conjunto com quem tinha a experiência da anterior vereação. Posto isso, por maioria de razão, não penso que sejamos nós, deputados municipais, a ter esse direito. E repito, estou à vontade para dizer o que digo agora, porque disse rigorosamente o mesmo em circunstâncias paralelas que não iguais, porque como sabemos não houve a coragem política de fazer isto, mas em circunstâncias paralelas disse o mesmo com o Dr. Girão Pereira sentado no lugar equivalente, embora noutras instalações, e com o Prof. Celso Santos sentado em lugar equivalente, noutras instalações.

Portanto, espero poder também, ver a mesma lisura, porque é um assunto importante, e que mexe com todos os trabalhadores da Câmara e que seja posto um pouco menos de partidarismo e um pouco mais de visão efectivamente do futuro, porque ninguém está a falar aqui de concursos, nem de lugares directamente, mas de um organigrama de trabalho.

Para terminar, só com uma breve referência à intervenção do Sr. Salavessa, porque aqui eu penso que não deva estar muito preocupado com esta pirâmide. É que os autarcas são todos eles muito mal remunerados (em minha opinião) e começa no próprio Presidente da Câmara e acaba nos outros, isto é, são todos trabalhadores de uma pirâmide toda ela muito mal organizada, mas que não tem a ver com esta organização que hoje aqui nos é apresentada, mas com toda uma outra.

Já aqui foi referido, que a qualificação técnica infelizmente não é melhor, o Sr. Presidente da Câmara já manifestou a séria preocupação na tentativa de dar abertura e imagem para que os actuais trabalhadores esforçados, possam progredir nas próprias carreiras e progredir tecnicamente. Mas facto é, que com os dados que aqui já nos trouxeram a nível da escolaridade e da preparação técnica dos próprios trabalhadores da Câmara, é deste organigrama que aqui está feito, que nós sabemos que temos necessidade, para a Câmara nova de hoje e daqui a vinte anos, se ainda cá estivermos todos em Aveiro. Muito obrigado.”

Vogal Virgílio Nogueira:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Eu quero começar a minha intervenção dizendo aquilo que é óbvio: um regulamento interno, é um documento racionalizador e por si só pode disciplinar a vida autárquica na relação entre o Executivo e todos os Departamentos, Divisões e Serviços, e os Municípios.

É óbvio que todos nós desejamos que essa relação se processe de uma forma célere, ágil, e que consiga de facto, com este regulamento orgânico atingir tais desideratos, que penso eu, passam por essa ideia de celeridade, que este novo milénio, este novo século pressupõe.

Todavia, tenho que me manifestar um pouco preocupado face à realidade actual. Isto porquê? Porque temo que este regulamento orgânico, não seja mais do que um role de nomenclaturas, a que não corresponderá depois, um verdadeiro exercício de funções. Temo pois que seja um continente sem conteúdo e por isso tenho algumas reservas.

Todavia, também não me posso deixar de congratular, com alguns aspectos que estão incluídos neste regulamento orgânico, como por exemplo, a passagem da área da juventude a departamento. É sabido por nós jovens, que há alguma ambiguidade em termos do funcionamento do pessoal da Câmara nesta altura; não sabemos muito bem se o funcionário ou o técnico, pertence a um pelouro ou pertence a outro; está ao Serviço de quem? Era bom que no futuro viéssemos a saber de facto, a que Pelouro, a que Divisão ou a que departamento está consagrado o técnico ou funcionário.

Parece-me também realmente importante que a escolaridade média cresça e a idade média diminua, isto para que a Câmara saia da Idade Média.

Ainda não defini a minha posição de voto relativamente, a este Regulamento Orgânico, mas todavia, penso que devemos dar o benefício da dúvida ao “alfaiate” - para estar dentro do campo semântico que aqui tem sido usado - o “alfaiate” saberá como melhor vestir o seu cliente, depois mais tarde se o cliente não se sentir satisfeito, obviamente que ira penalizar o “alfaiate” e então nessa oportunidade, far-se-á um novo regulamento, modificar-se-á o que está mal, e as coisas ficarão depois no bom caminho.

Queria só também referir algo que aqui já foi de certo modo abordado. É que com este regulamento orgânico, obviamente crescerão o número de recursos humanos e dessa forma poder-se-á prescindir da contratação de Serviços, alguns dos quais são ineficazes, são caros ao erário público. E eu posso até dar um exemplo: o caso que está a acontecer agora, com a organização do Torneiro de Futebol de Cinco da Câmara, que pode não dizer muito à maior parte dos meus colegas aqui da Assembleia, mas que a nós jovens, que esperávamos uma organização eficiente, porque a Câmara se calhar gastou bastante dinheiro na contratação de uma empresa para organizar o torneiro, de facto esperamos uma outra resposta e uma resposta profissional, como de facto não tem estado a acontecer. Muito obrigado.”

Vogal João Barbosa:

“Sr. Presidente, já se ouviu aqui diversas intervenções, sobre o novo Quadro de Pessoal, falou-se em visão de futuro, falou-se em classificações técnicas, falou-se em unanimismo, falou-se de tudo e se calhar ainda não se disse tudo.

Eu pessoalmente conhecia o Quadro que estava a ser preparado, pela Câmara anterior e sei que por diversos interesses e oposições, nunca foi discutido. Hoje peço neste quadro e reparo, que foram alteradas algumas situações e se calhar algumas foram retiradas e que teriam interesse para o nosso concelho.

Mas há uma coisa que me está a preocupar; é que pelo que tenho ouvido, dá-me a impressão que este quadro foi feito, mais por comparação com outros e não com a discussão real, daquilo que seria também para interesse da Câmara. E se foi assim ou se é assim, deixa-me um pouco preocupado, mas como há mais intervenções e vão falar e outras coisas, eu vou falar de uma coisa pelo menos, que acho que tinha grande interesse para a Câmara e não a vejo aqui classificada. Mas antes de mais, vou perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, porque fala-se

aqui nos Mercados; e fala-se aqui no Mercado de Santiago: eu quero perguntar ao Sr. Presidente da Câmara, que nos diga, se de facto vamos ter o Mercado de Santiago? E se vamos ter: quando vamos ter? E se não vamos ter, porque é que as obras, ou estão paradas, ou estão ao ralantim.

Mas, mais importante que isto tudo era o seguinte: o Sr. Presidente da Câmara como uma pessoa sensível, tem falado aqui diversas vezes, no turismo e no interesse do nosso concelho para o turismo. E todos sabemos que o turismo, é um dos factores mais importantes para a economia do nosso país; sabemos que não existe promoção turística, em Aveiro, e se existe turismo, passa despercebido; e se alguma coisa é feita - é feita na confusão.

Temos a certeza que a Câmara, neste momento, não tem ninguém com capacidade, com qualidade, com conhecimentos e com sensibilidade, para desenvolver um sector do turismo. Vejo aqui no capítulo sete, os diversos itens que tem sobre a cultura e sobre o turismo e realmente, acho uma situação quase de confusão; porque as pessoas que estão à frente ou são de fora, ou não conhecem ou não têm sensibilidade e isto deixa-me preocupado. E eu perguntava Sr. Presidente, porque daquilo que temos visto no turismo de Aveiro, nós sabemos e temos a certeza, que de um momento para o outro a Câmara tem que se amarrar com unhas e dentes para promover turismo em Aveiro. Eu pergunto Sr. Presidente, porque não foi considerado o turismo, neste regulamento orgânico?"

Entretanto saiu da sala o vogal Jorge Carvalho Arroiteia.

Vogal Henrique Diz:

"Muito obrigado Sr. Presidente. Eu gostaria de começar por dizer que, é importante satisfazer as aspirações legítimas e as legítimas expectativas dos trabalhadores da Câmara. Simplesmente eu não confundo essas legítimas expectativas e aspirações, com esta proposta apresentada pela Câmara Municipal. Isto é, contrariamente ao que aqui já foi afirmado, a discordância relativamente a esta proposta de regulamento orgânico, não significa de forma alguma a falta de reconhecimento da necessidade de promover pessoas que esperam há muitos anos para serem promovidas, de dar a oportunidade a quem tem qualidade de prosseguir a sua carreira.

Sejamos claros sobre esta matéria, para evitar que possamos nomeadamente falar de chantagem política, com base nos trabalhadores da Câmara. Porque esta Assembleia já foi anteriormente vítima de coisas deste género, em anteriores legislaturas, com os resultados que aliás estão à vista e basta deslocarem-se ali um pouco mais para norte e ver o que daí resultou - se quiserem, eu depois lá fora explico melhor.

Deixem-me por outro lado dizer, que contrariamente à opinião do Sr. Salavessa, eu registo com satisfação o desejo da Câmara de aumentar o número de quadros superiores, porque serão a garantia da qualidade dos Serviços que esta Câmara venha a prestar, nomeadamente, em aspectos que requerem a presença de pessoas de qualificações elevadas. De facto, infelizmente, têm sido pecha da Administração Pública, criar lugares aos níveis mais baixos, e esquecer que é necessário quem dirija, e é necessário quem pense de forma estratégica, de forma diferente.

Independentemente desse desejo, o que me parece no entanto, é que a Câmara não aproveita o regulamento orgânico que nos propõe, para nos esclarecer sobre que tipo de Serviços deseja fazer directamente e que tipo de Serviços entende que devem ser feitos no exterior, sob orientação e sob encomenda da Câmara. A falta desse esclarecimento, torna difícil ajuizar da adequação do quadro que nos é proposto, às verdadeiras necessidades da Câmara.

Por outro lado, da forma como nos é proposto, este quadro apresenta-se numa estrutura muito pesada, que é em minha óptica, incompatível com a flexibilidade de gestão que hoje em dia se exige.

Não vejo também aqui, que seja possível concluir da desejável descentralização dos Serviços, para as freguesias. Aliás é curioso, que nós falemos tanto na união europeia, do princípio da

subsidiariedade e que depois sejamos tão parcós a estabelecer esse mesmo princípio, ao nosso nível: subsidiariedade sim, para que da união nos dêem uns dinheiritos, ainda que nós tenhamos depois que pagar um “imposto europeu”; mas subsidiariedade não, quando se trata de abdicarmos das nossas capacidades de gerir os nossos dinheiros.

Eu não vejo muito sinceramente, a menos que esteja algum escondido algures, e portanto, eu tenha feito uma leitura incorrecta, não vejo que haja aqui essa vontade expressa, de transferir para as freguesias, algumas das atribuições que ali podem ser melhores desempenhadas do que nas Câmaras. Por outro lado, independentemente da questão - da estrutura ser pesada, e pouco flexível portanto, e não se adequar, a uma gestão flexível, parece-me existir alguma perspectiva incorrecta, em áreas como por exemplo a Divisão de Informação Geográfica e a Divisão de Cartografia e Topografia; de facto entender que tem que haver no Departamento de Informática, uma Divisão específica para tratar de Informação Geográfica, e que esta esteja completamente separada da Divisão de Topografia e Cartografia, é revelar uma separação entre aspectos que de facto não são, nem podem ser separados.

Por outro lado ainda, devo registar a ausência de Departamentos fundamentais na minha óptica: um Departamento de Controlo de Gestão - que não existe aqui, e que como os ilustres membros do Executivo Municipal sabem, não pode estar incluído no interior da estrutura normal da Câmara; e um Departamento de Qualidade, no sitio próprio do organigrama, que permita a sua independência face aos outros Serviços e que permita, que sejam implementados nos Serviços Municipais, todas as regras que hoje em dia, os Serviços equivalentes, em países mais desenvolvidos (Sr. Presidente, somos europeus, sabemos disso), são considerados tão importantes, que é com base nos seus resultados que é atribuído uma boa parte do financiamento às instituições.

Por outro lado, e corroborando as palavras do Sr. Barbosa, penso que seria importante, que ao Turismo tivesse sido dada maior, do que apenas aquela que parece resultar da existência de um só lugar de técnico, que não é sequer um técnico superior, segundo eu pude verificar.

Eu devo dizer-lhe Sr. Presidente, que para mim, continua a ser algo nublosa a relação de algumas Câmaras Municipais, com as Regiões de Turismo em que se inserem, essa questão eu nunca a abordei aqui, nem penso que seja hoje o momento para o fazer. De qualquer das formas, penso que não deve a Câmara abdicar das suas competências nesta área, quanto mais não seja, para fluidificar as relações que tem que ter com a Região de Turismo da Rota da Luz. É tudo.”

Vogal Armando Vieira:

“Pegando aqui nas palavras do Sr. Prof. Henrique Diz, agradeço-lhe a referência às Juntas de Freguesia; e é verdade que não é notório deste regulamento orgânico, aquilo que eu entendo que deva ser uma visão e uma gestão moderna da Administração Pública, e nomeadamente as autarquias. É demasiado pesado este Regulamento Orgânico e não indicia uma visão modernista e aligeirada daquilo que deve ser o tratamento destas questões, de molde a que a eficácia, seja uma constante. Pode porventura melhorar na qualidade, devo dizer aqui com toda a sinceridade, que não concordo com aquilo que disse o meu colega, Sr. Barbosa, disse não ter sido feito para interesse da Câmara - eu acho que foi feito para interesse da Câmara, foi elaborado de forma bem intencionada, embora eu entenda que não tem a tal visão modernista que devia ter.

E Sr. Presidente, já agora falando nas Juntas de Freguesia, se porventura, fosse feito um estudo comparativo da produtividade e capacidade realizadora e um estudo comparativo obviamente, das Juntas de Freguesia, do seu Pessoal; e da Câmara e do seu Pessoal, vossas excelências concluiriam das vantagens das Juntas de Freguesia, no desempenho de funções ao serviço da comunidade e na economia brutal de meios, que isso significa. Isto é patente todos os dias como vossas excelências sabem e têm constatado. Daí, corroborar as palavras do Sr. Prof. Henrique

Diz, de que algo deveria ter sido feito, no sentido de descentralizar os Serviços para a periferia e para as Juntas de Freguesia, porque isso traduzir-se-ia em eficácia e economia de meios.

Depois deixem-me dizer-lhes aqui, que há pouco, um Sr. Membro da Assembleia disse que “a falta de qualidade do pessoal”, referindo-se ao pessoal actual da Câmara, e eu não gostei de ouvir!! Eu defendo o pessoal da Câmara, sejam eles quais forem. E tenho que dizer o seguinte: será falta, ou terá sido a falta de qualidade desse pessoal, ou a falta de qualidade e visão, abertura à inovação dos políticos que o dirigiram, que motivaram, situações evitáveis.

Depois foi lançado aqui um repto aos Presidentes da Junta, e eu falo nesta questão só por mim. Tenho que dizer aqui, alto e bom som, porque sou crítico quando tenho que ser crítico, mas elogioso quando tenho que ser elogioso. Alguém perguntava, que perguntasse aos Presidentes de Junta se tinham razões, para estar satisfeitos, com o comportamento, com a eficiência dos Armazéns Gerais?

Eventualmente os métodos, ainda há muitos empecilhos, muitas formas de reter o andamento das coisas, que nos forçam como hoje me aconteceu Sr. Presidente, depois de ter estado consigo; para fazer andar um papel que tinha sido despachado pelo vereador, que estava ali; que não estava acolá; e eu tive que andar com o papel a correr, para ele chegar ao destino: isso não pode acontecer!! Porque nós Presidentes de Junta, sofremos muito com isto como sabem: porque depois o responsável dos Armazéns Gerais, não tem ordens, porque carece da ordem de um engenheiro; o engenheiro não tem ordem do vereador, e nós temos que subir a escadinha e depois descer a escadinha com o papel. É uma falta de consideração, que se houver aqui alguma atenção esta questão resolve-se porque é preciso também eficiência e eficácia, nestas questões.

Mas devo dizer que ao nível dos órgãos políticos, dos políticos responsáveis, e aqui quero cumprimentar o Vereador Eduardo Feio por isso e a Câmara, obviamente; a decisão é tomada muitas vezes em tempo útil, quando antes não era assim. A verdade é esta.

Sr. Presidente, também vossa excelência disse aqui, se eu percebi bem, uma frase que foi “dotar a Câmara de profissionais qualificados”; bem?? Eu quero que me explique, o que é que entende por profissionais qualificados? E eu não quero aqui menosprezar uns, em favor de outros, nem o inverso. Não sei se é qualificação através da instrução; se é qualificação através do saber, de experiência feita; se é a dinâmica que põem; se é o entusiasmo; porque há de tudo, Sr. Presidente. E eu conheço muito bem a Câmara de Aveiro - há de tudo, em todas as categorias e em todas as qualificações. Não particularizo; também é verdade que tem que haver incentivos, as pessoas na Câmara de Aveiro - de uma maneira geral - acho eu, não ganham bem, ganham mal, precisam de ganhar melhor, a verdade diga-se: a começar pelo Presidente, obviamente que ganha mal; e já nem falo nos Presidentes de Juntas que esses nem ganham, mas em relação ao Sr. Presidente, para o cargo que desempenha, para os incómodos que tem, obviamente que o salário é ridículo. Eu entendo que é.

Em relação à qualificação dos funcionários, eu sou o primeiro a ouvir os quadros superiores. Eu conheço muitos jovens que são quadros superiores, eu tenho-os em casa. Mas obviamente que eles até serem quadros superiores, que representem uma mais-valia em função dessa qualificação, têm que perorar muito. Se porventura a melhoria a que se refere é a trazer até nós quadros superiores, com qualificação e experiência que representem uma mais-valia para o Município de Aveiro - bato palmas; venham eles rapidamente e o Sr. Presidente, sabe que lhe tenho dito isso com frequência. Em alguns sectores são bem exigíveis.

Sr. Presidente, também leio aqui que vão criar e já tinha ouvido, um Departamento de Serviços Urbanos, para preparar e competir no mercado de obras públicas com as empresas privadas?!

Sr. Presidente, olhe que isso é uma asneira grossa!! Não há eficácia. Eu não sou licenciado, mas também não sou totalmente burro. Mas digo-lhe que, essa experiência sempre foi tomada em várias câmaras - e eu conheço muitos exemplos - e foi um falhanço estrondoso. Além do mais não deve o Município de Aveiro, competir no mercado das obras públicas, com as empresas do

sector privado, até deve é aligeirar a sua estrutura. Porquê? Porque como todos nós sabemos, vêm aí tempos difíceis e não seria visto com bons olhos pelos empresários privados (que precisam de sobreviver e de pagar os seus impostos e de pagar os salários aos seus trabalhadores), esse tipo de concorrência.

Depois o Sr. Presidente, falou aqui também que este programa, este regulamento, motiva, facilita novas metodologias e arrumações do pessoal no quadro. Bem, os senhores sabem ao que é que eu me refiro, se for preciso eu digo, explicito melhor, mas penso que basta para nós. No entanto eu pergunto-lhes muito claramente (já é a segunda ou terceira vez que lhes faço esta pergunta e ainda não obtive resposta): a propósito deste novo regulamento, o que é que pensam fazer dos funcionários que estão arrumados na prateleira? Ou que cujas carreiras vão ser extintas? Eu ainda não obtive a resposta a esta questão!! Não estão aqui contempladas as carreiras que essas pessoas neste momento têm; não podem ocupar o lugar imediatamente superior; o que é que vai ser feito a essa gente? E eu não vejo preocupação da Câmara com essa questão, que como sabem motivou, ainda há dias, uma atitude de um trabalhador da Câmara que me desagradou: Sinceramente desagradou-me que a tivesse tomado, mas tinha legitimidade e eu respeito a atitude.

Basicamente eram estas as questões, poderiam ser ditas outras; entendo que nomeadamente que devia ser feito algo, para obviamente melhorar os salários de todos, mas especial dos operários da Câmara de Aveiro e de todas as câmaras do País, que ganham ridiculamente. E isto é mais uma prova da insensibilidade do poder político, para com os mais desfavorecidos, para com os iletrados, para com os mais pobres - isso é inadmissível. E enquanto nós, no desempenho de funções políticas, não nos preocuparmos com essas pessoas, não estaremos a desempenhar cabalmente as nossas funções.”

Vogal João Maia:

“Sr. Presidente, se me permite um esclarecimento. Eu terei ouvido das palavras do Sr. Armando Vieira, qualquer coisa que não será propriamente aquilo que eu teria dito, ou então que eu não percebi das palavras, da última Assembleia, do Sr. Presidente da Câmara. E portanto, para pôr os pontos nos “is”, eu gostava de dizer que na minha intervenção, longe de mim, a ideia de falar em “funcionários sem qualidade”. O que eu falei: é que dada a falta de qualidade dos funcionários - e quando digo “qualidade” digo “qualificação”, na medida em que interpretei a necessidade de uma estruturação com o aumento das qualificações, na medida em que de seguida eu falei dos computadores e falei de modo a gabá-los, na medida em que muitos se esforçaram e desenvolveram e desenvolveram todos os seus esforços, para se adaptarem às novas situações.

Agradeço que o Sr. Armando Vieira, que não esteve cá na última reunião - e não pode corroborar as palavras do Sr. Presidente, e eu interpretei talvez mal as palavras. Era isso que eu faço e faço-o neste sentido: com vereador que fui de desporto, reparem que durante quatro anos, não tive nenhum elemento qualificado a actuar comigo. Em ambiente, apenas tive um técnico. Portanto, há falta de pessoal qualificado ou com qualificação. Era isto que eu queria dizer espero que fique totalmente esclarecido. Peço desculpa ao Sr. Presidente, se interpretei mal as suas palavras.”

Entretanto saiu da sala o vogal Manuel Branco Pontes.

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente, se me desse só um minuto, é que eu tinha aqui uma anotação que acho que é importante e que veio ali do Diogo Machado e que me preocupa também Sr. Presidente. Devo dizer-lhe sinceramente e a figura de retórica que o Diogo arranjou “do fato à medida”, tem alguma razão de ser. Mas se este “fato à medida” o for da competência e da capacidade de

trabalho - muito bem! Se for da cor do partido - mal e muito mal.

E, eu temo Sr. Presidente, porque algo se está a passar nesse campo, de que o “fato à medida” em função da cor do partido, está a entrar e a intervir demais na gestão municipal. É verdade que é assim - e está mal. Evitem que estas questões aconteçam porque não é bom para os senhores, nem é bom para a Câmara Municipal.”

Entretanto saiu da sala o vogal João Alberto Simões Barbosa:

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Sr. Presidente, se me permite, antes de mais quero apresentar as minhas desculpas, pela minha chegada tardia, não é usual.

Em primeiro lugar, na apresentação que foi feita pelo Sr. Presidente da Câmara, deste regulamento orgânico, foi dito que para conseguir alguns níveis de vencimentos adequados, é mesmo necessário criar departamentos. Eu quero dizer que compreendo a boa intenção, mas honestamente não creio que a organização racional de uma câmara, passe por este tipo de estratagemas, cheios de boa vontade, mas que são incoerentes em termos de organização administrativa. E de facto, não fora esta afirmação do Sr. Presidente ao apresentar este regulamento, eu não me atreveria a renovar uma pergunta que já aqui foi feita, e é: se o novo quadro tem por fim organização mais racional da Câmara ou se é um “fato por medida” só para resolver problemas pessoais? Eu espero que assim não seja, porque por muito respeito que as pessoas me mereçam, as instituições carecem de ser organizadas segundo uma perspectiva diferente.

Depois, e olhando para este regulamento, eu creio que tanto as instituições actuais, tanto as instituições modernas - as que estão a entrar no século vinte e um - carecem de ser dotadas de unidades com recursos humanos mais reduzidos possíveis e com grande agilidade e maleabilidade na acção. Assim, a gestão matricial impõe-se e não a vejo aqui; porque para existir uma gestão matricial, é necessária uma direcção, ou direcções de projectos, que não estão aqui contemplados. E só este facto demonstra que se trata de um projecto de organização obsoleto do tipo mastodonte, estática, logo, não dinâmico e que não parece adaptada às exigências modernas. Muito obrigado Sr. Presidente.”

Presidente da Mesa:

“Bem, terminaram as intervenções, vou dar a palavra ao Presidente da Câmara, mas no entretanto e antes disso, porque pode ter importância para a construção da sua intervenção e pode ser económico em termos de tempo, entrou na Mesa uma proposta que diz:

«A bancada do Partido Popular na Assembleia Municipal de Aveiro vem por este meio propor a criação de uma comissão saída das bancadas desta Assembleia com o objectivo de estudar e analisar em profundidade o documento “Regulamento Orgânico” constante do ponto 5 da Ordem de Trabalhos, procurando desta forma um consenso e um incluir de sugestões e/ou alterações a este mesmo documento, provenientes de todas as sensibilidades políticas representadas nesta Câmara».”

Presidente da Câmara:

“Muito obrigado Sr. Presidente. Eu ouvi com muita atenção as intervenções que aqui foram feitas, algumas de facto levantaram questões muito interessantes e que nós próprios na discussão que fomos tendo, também suscitámos e tenho esperanças que depois das explicações e esclarecimentos que vou prestar, essa tal Comissão, talvez não seja necessária.

E eu começava, talvez já pela intervenção do Sr. Prof. Britaldo, para dizer o seguinte: eu não disse que a única razão para a criação dos departamentos, era uma razão estritamente financeira para permitir que os Directores de Departamento ganhassem melhor, mas sim um

critério racional, que é aquele que nos parece corresponder às necessidades da organização do Município, face às solicitações que tem. Naturalmente, a questão financeira, é uma consequência que não é despreciada, uma vez que isso vai permitir de facto recrutar os tais técnicos qualificados e portanto, queria que isso ficasse claro; naturalmente que não íamos fazer aqui um fato (já se falou aqui em diversos tipos de fatos), que fosse meramente financeiro. Depois referiu-se ao facto de este organigrama não prever a gestão de projecto e portanto, ser uma estrutura pesada e pouco ágil. Se reparar bem, de facto prevê! E além da estrutura clássica eu diria que recobre toda a actividade que nós sabemos tradicionalmente se encontra no município. Está prevista uma célula, para projectos especiais, porque justamente sentimos a necessidade e quero frisar que a capacidade, a possibilidade de organizar equipas, para gerirem um projecto específico que o justifique, está perfeitamente salvaguardado, quer através da locação dos diferentes técnicos, de diferentes departamentos que sejam necessários para desenvolver esse projecto, quer através de uma divisão de projectos específicos que temos prevista, e temos alguns exemplos que a experiência recente e os projectos futuros sabemos que justifica: Euro 2004, etc.

Eu acho que a estrutura que criámos, permite perfeitamente e temos esse objectivo, que permita criar Direcções de Projecto e geri-los de uma forma eficiente.

O Sr. Salavessa, criticou também o facto de nós apontarmos para a admissão de muitos Chefes de Divisão e Dirigentes; e alguém já deu aqui a resposta, de facto, nós precisamos de Chefes de Divisão e de pessoas nesses escalões, justamente para que cada um possa assumir mais responsabilidades, para que haja mais descentralização ao nível dos Serviços, maior responsabilização, para que haja maior poder de decisão ao nível dos escalões intermédios e para que o Presidente (como alguém dizia há pouco, que está distante dos operários) o Presidente neste momento (faço-o com todo o gosto), mas está muitas vezes prisioneiro do despacho corrente, de coisas que às vezes não têm relevo político, nem administrativo nenhum, mas que vão parar às minhas mãos justamente porque não estão instituídos os escalões intermédios e não está de facto assumida a responsabilidade por quem a devia exercer a esse nível.

Portanto, nós temos que privilegiar as áreas em que estamos carecidos, porque de facto o balanço social que está publicado no Relatório de Actividades, demonstra bem que temos grandes carências a esse nível e não tanto ao nível do pessoal operário.

Depois o apoio jurídico, também foi um caso concreto, um caso pontual suscitado, eu queria lembrar que o que está aí previsto é a hipótese maximalista, que obviamente não será toda preenchida: temos uma Directora de Serviços Administrativos, que é jurista por formação e que portanto ocupa um lugar; vamos precisar de um jurista especialista para as obras particulares; sobram dois ou três que vão fazer muita falta quer para apoio directo à Presidência, quer para apoio a todo o resto da actividade de pré-contencioso e de consulta com que somos confrontados.

Se compararem com câmaras da mesma dimensão, vão ficar surpreendidos pelo pouco número de juristas, que este novo quadro propõe, porque de facto todas as câmaras neste momento trabalham no seu dia-a-dia, com um batalhão de juristas, dado a que a legislação é muitíssima e toda a gente tem a preocupação de estar dentro da legalidade.

Depois quanto é que vamos poupar, com esta admissão de novos funcionários, porque só isso é que faria sentido; de facto o objectivo é tentarmos poupar alguma coisa. Mas como compreenderá eu não tenho números para lhe dar, para já porque nós não vamos preencher o quadro totalmente e depois porque só em função das necessidades, é que vamos ver se necessitamos ou não, não obstante o facto de termos contratado mais gente, recorrer a Serviço Externo. Esperamos francamente que isso aconteça e que aconteça outra coisa: é que o número de horas extraordinárias e o que gastamos em horas extraordinárias por ano, diminua bastante. Porque os funcionários são obrigados de facto a esforçar-se mais e a trabalhar hoje em

determinadas áreas em excesso, justamente porque não conseguem dar resposta aos pedidos que têm e à carga de trabalho que têm.

A Assembleia Municipal, também não foi esquecida. Eu peço desculpa, mas está cá, vem aqui prevista no artigo vigésimo primeiro - número dois; que diz o seguinte: integrada na Secção de Actas funciona a secção de apoio administrativo à Assembleia Municipal, que em tudo o que lhe disser respeito precisará de analisar o número um do presente artigo. E portanto, está prevista de facto a Assembleia Municipal - não foi esquecida.

As observações que o Sr. Eng.º Maia fez, eu queria dizer que em relação à idade média dos funcionários, e já agora para desfazer o equívoco, de facto o que eu referi na Sessão anterior, a propósito do Relatório de Actividades, foi a propósito do balanço social, foi frisar, mas em termos objectivos, que de facto a qualificação dos nossos funcionários em termos de escolaridade, era em termos médios muito baixa: por exemplo, cinquenta por cento têm a quarta classe apenas. Não quis com isto, de modo nenhum, diminuir as pessoas que trabalham na Câmara e já várias vezes o frisei, e aproveito para o sublinhar - o esforço e a dedicação que as pessoas que não tiveram oportunidade de estudar mais têm feito e às vezes assumindo funções de grande responsabilidade, é louvável a todos os títulos. E portanto, e respondendo já ao Sr. Armando Vieira, quando eu disse que precisávamos de profissionais qualificados, ou de mais profissionais qualificados - não quer dizer que os outros não sejam qualificados, pelo empenho que põem nas coisas, pelo brio profissional, etc., o que quer dizer é que há de facto sectores onde eles não existem de todo e portanto temos que os recrutar para aí, por exemplo: para a informática - foi preciso recrutar gente qualificada para esse efeito; e por aí fora: para o ambiente, não basta gostarmos todos de ambiente, precisamos de engenheiros de ambiente, que saibam o que estão a fazer. E também estou inteiramente consigo, eu conheço muita gente com o canudo na mão que são um desastre na vida prática e o contrário: há muita gente que sem o canudo, tem um desempenho profissional excelente.

Depois ainda sobre o desporto: porque é que nós estamos a valorizar de facto e a reforçar os meios humanos e orgânicos no desporto. Porque, para já é um objectivo estratégico, está consensualizado isso no Plano Estratégico e porque na prática, de facto a Câmara é muito solicitada, não só na animação desportiva como também nas responsabilidades que tem na gestão de todo o parque desportivo: que já tem e que quer vir a ter; e neste momento temos apenas uma pessoa que tem imensas dificuldades para negociar protocolos com os clubes, visitar as instalações, organização de torneios, o trabalho é enorme e não é de todo suficiente os meios de que dispomos.

As eclusas; como sabe não existia no quadro da Função Pública Portuguesa, nenhuma categoria de Trabalhador de Eclusa, nem de Operador Mestre de Tráfego Marítimo. A autarquia aveirense tem especificidades neste campo, que tem que ser previstas e portanto, nós conseguimos; agora já é possível no que toca aos Mestres de Transportes Marítimos. Quanto aos Operadores das Eclusas, aparecem aqui na categoria de Auxiliares Técnicos, que é uma categoria vaga, mas que permite enquadrá-los devidamente.

Quanto aos museus; porque é que apostamos nos museus? Bem, nós temos os museus municipais em fase terminal de construção; vamos ter o Museu da Troncalhada - que espero que fique concluído também este ano; temos o Núcleo Museológico de Requeixo e portanto, o trabalho que há para fazer, em termos de recolha de material, catalogação, inventariação, exposição, animação dos espaços, programas de animação junto das escolas, não tenha dúvidas que é uma trabalhadeira enorme e portanto, temos também que ter técnicos qualificados nessas áreas.

Ainda uma nota quanto ao arranjo do Museu, estou muito satisfeito - também fiquei com pena que aquela parede não tenha sido objecto da mesma empreitada, suspeito que por razões técnicas, porque vai implicar um arranjo mais profundo do lado de dentro dessa parede, o que já implica mexer com a Capela; julgo que é só essa a razão).

Quanto ao Turismo e passando também para uma observação que foi feita pelo Sr. Barbosa. Nós temos de facto uma Região de Turismo da Rota da Luz, podemos ter prejuízos de valor diferentes sobre a forma como a Região da Rota da Luz promove a Região, mas a verdade é que não devemos pensar eu, estar também a desperdiçar meios e a criar estruturas paralelas para fazer concorrência - isso seria um absurdo. Temos uma Câmara a desperdiçar meios se esses meios poderem ser bem rentabilizados pela Região de Turismo da Rota de Luz. Devemos manter a célula que está prevista e está lá prevista - não a esquecemos - está previsto um Sector para o Turismo, porque obviamente, não sabemos também qual vai ser a evolução das Regiões de Turismo e por outro lado há sempre particularidades e temos responsabilidades que não devemos abdicar. Mas o ideal seria que esta célula de turismo da Câmara trabalhasse em estrita colaboração com a Rota da Luz e que pudessem ser potenciados os meios da Rota da Luz, que são muito mais poderosos que os meios camarários.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, pode-me só dar um esclarecimento: o Sr. Presidente entende que estão a ser rentabilizados os meios da Rota da Luz, relativamente ao Concelho de Aveiro, é isso?”

Presidente da Câmara:

“Eu tenho alguma dificuldade para lhe responder a essa questão, porque deveríamos ter aqui presente ou ter lido o relatório da Rota da Luz sobre a actividade desenvolvida, e eu confesso que não tenho presente.

Depois o Sr. João Barbosa, também disse que ouviu dizer que este organigrama foi feito por comparação com outros; e também me perguntaram de outros lados, quais tinham sido os modelos: bem, nós procurámos sobretudo fazer um modelo e uma organização que se adaptasse ao nosso Concelho e às nossas necessidades. É evidente que tivemos a humildade e a curiosidade de ver como é que outros municípios se organizaram; hoje em dia é muito fácil na Internet de pescar os organigramas das Câmaras e portanto, foi feita uma consulta, eu diria suficientemente vasta, para chegarmos à conclusão, que muitos dos departamentos e direcções que existiam noutras câmaras, não nos interessavam e que pelo contrário outros eram úteis. E portanto, não temos complexos nenhuns em dizer que fomos construindo o “fato” com os tecidos melhores, que mais se adaptavam ao corpo do que queríamos construir e julgamos que nesse aspecto, o fato ficou de facto feito à medida.

Mercado de Santiago; foi uma pergunta muito concreta, que não vem muito a propósito: vamos ter ou não vamos ter Mercado de Santiago? Eu vejo as coisas agora melhor, espero que o Mercado de Santiago, possa estar aberto para o Verão, depois de resolvido ali algum imbróglio jurídico que herdámos do anterior Executivo. Conseguimos resolver isso e portanto, estou agora mais optimista.

O Sr. Deputado Virgílio Nogueira, teme que isto seja apenas um “role de nomenclaturas”, mas depois também não explicou porquê. Eu quero sossegá-lo, não é apenas um “role de nomenclaturas”, é para valer. São organizações e é uma arrumação, um arrumo que as pessoas anseiam, sentem que vai ser útil, que vai tornar a sua actividade mais eficiente e o Virgílio, ele mesmo deu exemplos de algumas ambiguidades que gostaria de ver desfeitas e portanto, reconheceu que há alguma necessidade em que as coisas do ponto de vista organizativo se tornem mais claras.

O Sr. Deputado Diogo Machado, começou por perguntar quem foi a equipa que o fez - penso que já teve a resposta; porque de facto isto foi um trabalho de equipa e de uma equipa muito basta: foi visto e revisto por várias pessoas, houve várias versões que foram à discussão da Câmara. Nem que tivesse sido só uma pessoa, garanto-lhe que foram discutidas longamente no Executivo, em várias sessões e portanto, é assumido por todo o Executivo, mas naturalmente o departamento administrativo, toda a gente que tem especiais responsabilidades nesta matéria, a

Divisão de Pessoal e os Directores de Departamento, foram todos ouvidos, para que de facto o modelo proposto pudesse corresponder àquilo que também do ponto de vista dos Serviços lhes parece mais eficaz.

Quando ao critério de oportunidade, eu devo dizer que fez isso como crítica, eu vejo isso ao contrário: pois nós estamos a fazer um organigrama e um novo regulamento que é o adequado ao momento. É o adequado ao momento sem prejuízo de considerarmos, que ele é suficientemente bem estruturado para resistir algum tempo - não os vinte anos naturalmente, mas algum tempo. E portanto, mal seria se nós estivéssemos a trabalhar num organigrama que não estivesse ajustado ao tempo em que estamos, isso é que seria grave. Só vejo isso como um elogio e como um reconhecimento de que fizemos um organigrama ajustado ao tempo em que estamos, que é capaz de responder aos desafios que aí vêm e que nos vão surgir; e que aprendeu também com os erros do passado, nesse sentido a sua observação está correcta.

Depois em relação aos Armazéns Gerais, eu acho que enfim, fez aí um juízo de valor dos Srs. Presidentes de Juntas de Freguesia sobre o desempenho dos Armazéns Gerais - acho que devem ser eles a fazê-lo e não o senhor deputado e já ouvimos aqui alguns desses juízos de valor.

Tivemos além disso, como sabe, pouca sorte porque contratámos através de um destacamento, um engenheiro para chefiar os Armazéns Gerais, que por razões de saúde que são conhecidas - uma operação ao coração - de facto não tivemos a rapidez que gostaríamos de ter tido, mas apesar de tudo as coisas estão a correr muito melhor, como é reconhecido.

Depois, pegando na sua imagem: “que estamos a fazer um fato à medida” - é isso mesmo! Eu vejo isso outra vez como um elogio; mal seria se me tivesse dito, que o fato que fizemos, ficou com as calças curtas ou com as mangas curtas, ou que estava largo demais. Justamente, queremos um fato à medida das necessidades, dos projectos e das ambições que temos e julgamos que a perspectiva deve ser essa mesmo. Já agora para terminar a figura, não se preocupem com a cor do fato: há lá de todas as cores, garanto-lhes. Já havia quando chegámos, vai continuar a haver. Eu nunca me preocupei com a cor dos botões que vou pregando no fato, e sobretudo a cor que eu quero ver ali sempre bem patente, é a cor da eficiência, da isenção e da honestidade e do profissionalismo. É essa a cor que eu quero ver ali.”

Vogal Armando Vieira:

“Olhe que ainda hoje soube de um caso, em que é claramente cor política - e não vou falar aqui nisso hoje, porque é de hoje. Não quero prejudicar ninguém.

Eu preferia que o Sr. Presidente, assumisse como eu assumiria, que a gestão é socialista, obviamente que quer gente socialista de sua confiança: faça o favor de dizer isso.”

Presidente da Câmara:

“Está enganado! Mas é que eu não vou dizer isso. O que eu lhe disse e mantenho, é que existem na Câmara funcionários de todas as sensibilidades políticas e que eu não vou recrutar segundo critérios políticos: nunca o fiz, não o vou fazer. E portanto, não sei de que caso é que está a falar, mas queria dizer o seguinte: ninguém pode ser penalizado por ser do Partido Socialista.”

Vogal Armando Vieira:

“É que no caso em apreço, há uma pessoa que hoje ocupou um determinado lugar (antes por acaso era do CDS, porque a gestão era do CDS), depois porque andou com as bandeiras do Partido Socialista, além de mais demonstra uma grande ingratidão, com as pessoas que a levaram para a Câmara - e eu estou à vontade porque nunca lá estive, nem o meu Partido lá esteve; essa pessoa, só por essa atitude nunca devia ter ocupado o lugar que ocupou.”

Presidente da Câmara:

“Sr. Armando Vieira, não sei qual é o caso e acho que é desagradável estarmos a falar em casos pessoais. O princípio é este: há de todas as sensibilidades e é bom que assim seja.

Depois temos o aumento que se contabiliza quase, de facto quinhentos mil contos, eu torno a chamar à atenção: é um aumento virtual, é o aumento máximo a que se poderia chegar se ocupássemos o quadro todo - o que nunca se pode fazer.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Desculpe lá! O máximo era se o senhor saltasse do que ocupa actualmente neste quadro para a ocupação máxima do quadro que propõe - esse é que era o máximo e era o dobro.”

Presidente da Câmara:

“Exacto! Eu nunca vou ocupar o máximo, porque eu não posso ocupar o máximo senão bloqueio a produção dos funcionários que estão nos lugares inferiores e mesmo que ocupasse o máximo e era isso que convém que toda a gente tenha presente, mesmo que nós fossemos até ao máximo ainda assim, estamos a fazer uma proposta que fica muito aquém dos limites legais; e há câmaras por esse país fora, que estão sempre, sempre nos limites legais. Justamente porque a lei impõe um limite prudencial de boa gestão, acima do qual considera que os gastos a partir daquele limite, podem ser excessivos e portanto, que a gestão está a ser mal feita. Nós mesmo que fossemos até ao fim, estamos a baixo desse limite - estamos a baixo desse limite prudencial. E como não vamos abrir concurso para toda a gente, de uma vez só (o que seria obviamente, para toda a gente um irrealismo), estamos a propor um quadro que nos parece, desse ponto de vista, contido, implicando, é certo, algum esforço financeiro, não é um esforço financeiro sem sentido.

Sr. Armando Vieira, eu já fui respondendo a algumas das suas questões, mas em relação à “visão modernista”, eu não sei o que é a visão modernista do organigrama; sei que não devemos confundir um organigrama com a dinâmica que é gerada por esse organigrama. É evidente que o organigrama que temos, a dinâmica que ele cria, prevemos que será uma dinâmica muito mais eficiente do que aquela que temos agora.

Depois as Juntas de Freguesia; e foi aliás uma crítica feita pelo Sr. Prof. Henrique Diz: eu acho que estamos a fazer uma confusão de Planos, para já são duas autarquias diferentes e não devíamos esquecer isso nunca, e longe de mim e da Câmara, estarmos aqui a criar uma espécie de célula para tutelar as autarquias, como se as freguesias fossem autarquias inferiores - não são! São autarquias com recursos próprios.

De facto, uma coisa é o relacionamento institucional que deve existir entre duas autarquias, outra coisa era eu criar aqui mecanismos no organigrama, estamos a falar de um organigrama, ou seja, da forma como esta autarquia se vai organizar, não é: como é que vai depois proceder às transferências e à delegação das suas competências na outra autarquia - isso é um acto de delegação de competências, não é um acto de organização. E as autarquias têm competências diferentes; algumas não são delegáveis. As freguesias têm competências próprias. Portanto, eu acho que não devemos confundir os dois planos, estamos a tratar da nossa organização interna, não estamos a tratar do processo político de transferência e delegação de competências políticas que vamos organizar desta forma.”

Vogal Henrique Diz:

“Vossa excelência sabe que a delegação de competências tem que pressupor que há alguma organização jusante. E portanto, o que esta Câmara fez, foi ignorar completamente a organização jusante; e não venha cá dizer que há tutela, há é diálogo que não me parece que neste caso tenha existido.”

Presidente da Câmara:

“Não! Uma coisa é a forma como nós organizamos as competências a jusante, como diz, outra coisa é a decisão política de as delegar na medida em que a lei o permite - são coisas completamente diferentes não têm que estar no organigrama.”

Vogal Henrique Diz:

“Isso significa certamente que não precisa de tanta gente para exercer determinadas funções, ao nível da Câmara Municipal.”

Presidente da Câmara:

“Depois o Sr. Prof. Henrique Diz, começou por dizer que não queria que se confundisse as legítimas expectativas que os funcionários têm em relação a este organigrama, com o não reconhecimento que vê neste organigrama, para corresponder a essas expectativas. Mas eu também não fiz essa confusão - nós achamos que corresponde - o senhor professor está no legítimo direito de discordar e de dizer que não corresponde, agora ninguém fez aqui nenhuma chantagemzinha como me pareceu ...”

Vogal Henrique Diz:

“Para evitar que o Sr. Presidente me esteja a responder a uma coisa que o Sr. Presidente não disse - quem afirmou isso não foi o Sr. Presidente, foi um elemento da bancada que o suporta. E foi a esse elemento que eu me dirigi nessa altura, não foi ao Sr. Presidente.”

Presidente da Câmara:

“Muito bem. Em todo o caso eu queria dizer-lhe, que isso está fora do nosso horizonte, não organizamos a Câmara em função dessas expectativas; apenas achamos que é uma variável a ter em conta, porque o município constrói-se com o trabalho dos funcionários que lá estão, e os funcionários têm que se sentir motivados e realizados profissionalmente e naturalmente que a componente da remuneração, faz parte dessa realização profissional. Não é a única, é um dos factores a ter em conta e não pode ser também desvalorizada; não deve servir obviamente como instrumento de pressão, para dizer que qualquer organigrama é bom desde que aumente os vencimentos - é evidente que não é isso.

Depois, que serviços é que vamos fazer internamente, perguntou-me também: em princípio todos aqueles para os quais estamos a estabelecer módulos orgânicos, porque senão não os faríamos prever, é evidente! Agora, de repente e se a circunstância exigir, se precisarmos de um reforço numa área ou outra, é a tal dinâmica que nós não vamos abdicar; mas justamente a ideia é termos que contratar cada vez menos serviços externos, se estivermos dotados de funcionários capazes para os fazer internamente.

Outra crítica que fez e que também nos assaltou o espírito durante a discussão que tivemos, foi se a Divisão de Topografia e Cartografia, não deviam estar juntas com os Serviços de Informação Geográfica. Num primeiro momento pareceu a todos que sim; de facto estão intimamente ligados. Só que depois, e se me permite, nós fomos um bocadinho mais longe; porque como conversámos com os Serviços apercebemo-nos, que dos Serviços de Informação Geográfica, vai beneficiar muito mais Secções e não apenas a Topografia e Cartografia e portanto, pareceu-nos útil do ponto de vista orgânico centralizar e dar autonomia ao responsável pelo SIG, cuja actividade vai beneficiar todos os outros Serviços e não apenas da Topografia e Cartografia, que obviamente estão intimamente ligadas ao SIG, mas que podem ficar perfeitamente onde estão - no Sector do Planeamento - porque se puséssemos o SIG, a Topografia e a Cartografia, todos juntos, íamos então ter uma situação em que outros

Departamentos e outros Serviços iam falar com um Serviço que afinal tinha outras coisas lá dentro. Foi uma preocupação de rigor, não foi distração.

Depois só para concluir, notou também duas faltas e eu esperava que elas fossem notadas nesta Assembleia, que é: o Departamento de Controlo de Gestão e o Departamento de Controlo de Qualidade. Nós também discutimos isso na Câmara, e a conclusão a que chegámos é que era preferível contratar esses Serviços externamente - são opções. Como sabe há quem tenha esses Serviços internamente e há quem os contrate externamente. É uma opção que nos pareceu a melhor, porque naturalmente a experiência ensina que um controlo de gestão interno, ou um controlo da qualidade interno, criam-se amizades, criam-se cumplicidades profissionais muito próprias, perde-se o distanciamento em relação às rotinas. E portanto, o risco de que essa avaliação venha com menos isenção ou com menos objectividade do que aquilo que pode vir se for feita internamente é maior. E mais ainda, como iríamos ter que recrutar gente muito qualificada, para fazer o controlo da gestão e da qualidade, e como não queremos sobrecarregar demais a estrutura que já estávamos a propor, achámos que se tínhamos que cortar em algum lado e se havia um Sector em que podíamos contratar externamente - este era seguramente um deles. A explicação é esta.”

Vogal Henrique Diz:

“Sr. Presidente, eu podia dar-lhe o exemplo claro no que diz respeito aos Serviços Públicos, em que as questões da qualidade são mais avançadas que em qualquer outro país da Europa - seja da União Europeia, ou não seja - onde o Departamento de Qualidade faz parte integrante da instituição; da mesma maneira que o Departamento de Controlo de Gestão.”

Presidente da Câmara:

“Mas eu não digo o contrário, eu digo é que tendo que não multiplicar muito os Departamentos e os Quadros a contratar, este foi um Sector que achámos, em boa consciência, que poderíamos contratar externamente com vantagem - segundo nos pareceu.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Está em questão o conceito de avaliação: uma avaliação nunca é perfeita se não houver uma avaliação interna e externa - é fundamental as duas.”

Presidente da Câmara:

“Sim! Mas isso nós já fazemos. Nós fazemos anotação interna; tem os limites que tem, mas faz-se.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Em relação a esse assunto, não termine, por favor, sem me explicar: se acha mais lucrativo ou menos dispendioso, contratar um Serviço para garantir a qualidade diária, as rotinas diárias? Vai contratar um Serviço para isso?”

Presidente da Câmara:

“Não, não é isso. Por exemplo, como se faz o controlo, como se faz a avaliação nas universidades e dos departamentos, nós podemos contratar uma auditoria externa, que vai avaliar o nosso desempenho ao longo de um certo período e que nos vai detectar os vícios, os problemas, os bloqueios.”

Vogal Henrique Diz:

“Todas as empresas têm um Departamento de Qualidade e são auditadas externamente com a periodicidade que a lei lhes obriga.”

Presidente da Câmara:

“Exactamente. Eu creio que respondi a todas as questões principais que foram colocadas, e gostava de frisar o seguinte: nós estamos a desenvolver um trabalho que tem coerência, tem sentido, tem objectivos e estamos a dar os passos certos.

Começámos por dizer e quando tomámos posse e desde o início uma das nossas preocupações, foi dar melhores condições de trabalho aos funcionários, quer em termos de instalações, quer em termos de carreiras, quer em termos de organização, quer em termos de formação profissional. É uma estratégia, que é calculada, determinada; pensamos que há um grande desfasamento entre o nível de responsabilidade e as exigências que é feito ao Serviços do Município, e o tipo de estrutura, e as possibilidades humanas que as pessoas têm neste momento para poderem dar essa resposta atempada e eficazmente.

E portanto, começamos como sabem, a melhorar o problema das instalações: resolvemos o problema dos Armazéns Gerais muito rapidamente, estamos a providenciar condições de dignidade no trabalho, com novos fardamentos, novos equipamentos, novas viaturas; estamos a melhorar as instalações dos Serviços administrativos e ficam todos convidados, já a partir da próxima semana, para poderem visitar as instalações provisórias que temos no edifício fronteiro. Estamos como sabem, a tentar concentrar todos os Serviços, falta para completar o edifício, de facto, a Reestruturação Orgânica e o novo Quadro de Pessoal.

E é este desafio que nós tínhamos pela frente, que num curto espaço de tempo como aqui foi reconhecido, nós conseguimos pôr de pé. Pensamos que é uma proposta equilibrada: aumenta razoavelmente a despesa, mas é um aumento que nós pensamos que vai multiplicar por muito a eficiência do município e portanto, nestes termos eu proponho à vossa apreciação, esta proposta. Sem prejuízo naturalmente de que outras seriam possíveis e que pequenos ajustamentos poderiam ser feitos. Muito obrigado.”

Vogal Armando Vieira:

“Daquilo que foi dito, o Sr. Presidente não respondeu a uma questão que é importante - pelo menos para mim é importante, que é: o que fazer com os profissionais, cujas categorias profissionais vão ser extintas?”

Presidente da Câmara:

“Peço desculpa, passou-me de facto. Eu explico já: há de facto Chefes de Repartição por força da lei que têm ser extintos - passarão a técnicos (é o que diz a lei), por um lado.”

Vogal Armando Vieira:

“Mas ao cumprirem a lei, esses funcionários vão andar para trás.”

Presidente da Câmara:

“Sr. Armando Vieira, como sabe isso é uma questão nacional, não é uma questão da Câmara de Aveiro.”

Vogal Armando Vieira:

“Sr. Presidente! Esses funcionários a andar para trás, só acontece por manifesto descuido, para não dizer desprezo, por esses funcionários.”

Presidente de Câmara:

“Não tenho essa informação, é uma legislação nacional que abrange todas as câmaras, admito que nalguns casos possa ter essa consequência, mas aí não passa por nós de facto. De resto “funcionários na prateleira”; não sei exactamente a que é que se está a referir.”

Presidente da Mesa:

“Eu também gostava de dizer qualquer coisa; o que vou dizer é crítico, mas não chega nem para votar a favor da proposta de Comissão, nem chega tão pouco para votar contra este texto.

Mas ao contrário do que o Sr. António Salavessa revelou - eu preferia bem que não se tivesse falado aqui nos funcionários da Assembleia Municipal. Porque o Regimento diz como é isso dos funcionários da Assembleia Municipal. e diz em termos mais correctos, mais prestigiantes para a Assembleia, mais cómodos para a Câmara, mais independentistas para os próprios funcionários adstritos à Assembleia Municipal: é o artigo sessenta e três.

Outro problema; não vi a lei, na base da qual é elaborado este texto, não sei se a lei fala no regulamento orgânico da Câmara, se fala no regulamento orgânico do município. Também não interessa muito porque o que está aqui pensado é um regulamento orgânico da Câmara; e é até por isso, que salvo erro, e salvo melhor opinião, não tem que vir este apêndice do número dois, do artigo vinte e um.

Apêndice que, mal conceitualizado, impensável e de texto medíocre; porque diz desde logo o seguinte: «integrada na Secção de Actas, funciona a Secção de Apoio Administrativo à Assembleia Municipal». Das duas uma: ou uma é uma secção grande e outra é uma secção pequenina, porque uma secção não cabe dentro de outra secção. Ou não é secção a que é suposto estar dentro - ou tem que estar fora; primeira reserva.

Segunda reserva. Não usa a terminologia adoptada pela Assembleia, que fala de “Serviços de Apoio à Assembleia Municipal”; depois diz que “em tudo o que lhe disser respeito ...”: disser respeito a quê? E a quem? “... procederá nos exactos termos do número um do presente artigo.” Ora é exactamente o contrário de exactos. É, procederá nos “inexactos termos”, isto é, procederá nos termos aplicáveis, ou seja, nos termos do número um, no que for aplicável, porque se é nos exactos termos encontra-se uma situação de impasse absolutamente caricata, que é “proceder ao fiel registo do que se passar nas reuniões da Câmara Municipal”. Se é nos exactos termos, é isso mesmo.

Mas o que eu queria propor e pedir - mas não faço isso sequer formalmente, era que este regulamento orgânico fosse amadurecido. Se for posto em vigor, criam-se situações irreversíveis, mas pode ser revisto ao fim de algum tempo, e penso que poderia a haver um acordo tácito de que daqui a um ano pudesse haver uma revisão do texto, salvo no que já produziu efeito.

Quanto à proposta de Comissão, queria de todo evitar que se criasse aqui uma situação pensável de impasse, porque das duas uma: imagine-se que a Assembleia aprova a criação desta Comissão. Esta proposta da Câmara não é um texto fatal e irreversível, que tenha que ser assumido tal e qual, pode ser modificado por nós. Se for aprovada a Comissão, no imediato a Câmara ou não faz nada, ou pode reunir e retirar a sua proposta. Eu se fosse Presidente da Câmara reunia e retirava a proposta; só que não sou, não tenho mérito para isso, é o Dr. Alberto Souto e a sua equipa.

Se não reagir desta maneira e se mantiver a proposta, a Comissão reúne e traz um texto de alternativa. Só é relevante se a proposta não tiver sido retirada; se a proposta tiver sido retirada esse texto não tem qualquer utilidade porque esta Assembleia não tem capacidade, não tem direito de iniciativa nesta matéria.”

Vogal António Salavessa:

“Mas qual proposta, Sr. Presidente? Eu não estou a perceber.”

Presidente da Mesa:

“A proposta de que se faça uma Comissão para fazer um texto.”

Vogal Filipe Brandão:

“Com o devido respeito a Vossa Excelência, entendo, e creio que entende a bancada do Partido Socialista, que a proposta de Comissão, apresentada pela bancada do Partido Popular não é uma proposta séria. Ela visa tão somente, resolver o embaraço, que a bancada do PP - ela própria criou - ao atacar a posição dos seus vereadores.

Aliás, para que dúvidas não restem, esta proposta surge em substituição de uma outra que foi apresentada à Mesa e retirada, que visava a votação por voto secreto deste ponto da ordem de trabalhos. Sabedor de que essa sua moção iria chumbar, o PP tenta com esta manobra cativar o apoio de terceiros, que eventualmente acreditassem na bondade dessa solução.

Entendemos porém, que a criação de uma Comissão, viria atrasar a implementação deste processo e eu recorro e penso que concordarão comigo, que atenta a natureza desta matéria, as alterações de uma comissão criada pela Assembleia Municipal, teriam ou deveriam, em bom rigor, ser novamente remetidas para a Câmara Municipal - uma vez que teria a responsabilidade de implementar, para concordar ou não, com a sua lógica e com a sua orgânica, porque manifestamente, se é a Câmara que tem que implementar o regulamento orgânico da Câmara Municipal, não seria no mínimo, bom tom, ser a Assembleia a alterá-lo sem anuência da Câmara Municipal; e sobretudo, porque a bancada do Partido Socialista confia no juízo e nas apreciações que durante todo este período os seus vereadores teceram sobre esta matéria. Porque inclusive, nesta matéria, reconhece autoridade aos vereadores do Partido Popular e também dos vereadores do Partido Social Democrata, entendemos que não tem cabimento a criação de uma Comissão desta natureza e que portanto, deve ser votado desde já a proposta de regulamento orgânico aqui hoje trazida.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Eu quero dizer, que durante este debate houve críticas, que foram formuladas a este documento. Face a essas críticas, compete, a meu ver, ao Executivo Camarário, aceitá-las ou não, propor ou não, a recepção de outras.

Nesses termos, se a Câmara Municipal quiser retirar esta proposta, para receber algumas achegas - é da sua responsabilidade, não me parece que seja da nossa competência porque não somos Executivo - estar agora a fazer outro regulamento para a Câmara.

Além disso devo dizer, que as observações feitas pelo Dr. Filipe Brandão e invocando o sentido de voto dos vereadores creio que são descabidas, na medida em que, esta Assembleia, tem de ter uma acção fiscalizadora sobre toda a Câmara; doutra forma então nunca o PS poderia discordar de opiniões de pessoas que apoia.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Em primeiro lugar para lavrar um protesto, ao juízo de valor emitido pela bancada do PS, sem que para tal lhe tenha sido passado qualquer tipo de procuração, ou lhe tenha sido pedido qualquer tipo de ajuda.

No entanto, Sr. Presidente da Mesa, este tipo de actuação, digamos que quase totalitarista, temos vindo a habituar durante esta Assembleia Municipal, tem sido prática corrente e sobre isso nada mais diria.

Digo também, que não nos causa absolutamente embaraço nenhum, que a proposta seja votada favoravelmente, seja votada negativamente, ou as pessoas entendam que nem sequer deve ser votada. Entendemos em consciência, que seria a melhor maneira de procurar consensos porque foi claramente aqui exposto que é necessário um consenso em torno deste documento.

Foi claramente aqui exposto, que há sugestões de grande valor que poderiam ser introduzidas como mais valia neste documento, foi claramente aqui exposto que há outras, nomeadamente as pequenas e insignificantes - no dizer do Sr. Presidente da Mesa, que ele próprio aqui expôs, que deveriam logicamente ser corrigidas.

Por estas e outras razões, entendeu a bancada do Partido Popular propor a criação de uma Comissão, à semelhança até, de outras Comissões que funcionaram em mandatos anteriores; e recorde-me de uma: a Comissão de acompanhamento do Plano de Urbanização de Aveiro (até hoje aqui anunciado como um plano que estava a ser preparado pela bancada do Partido Socialista, mas que já vem preparado de trás também; essa Comissão, que acompanhava um Plano de Urbanização de Aveiro, que é um Plano Complexo, trabalhou, e hoje há pessoas que são vereadores e que estiveram nessa Comissão e que sabem como ela trabalhou - trabalhou e trabalhou bem. Produziu bom trabalho. E produziu bom trabalho, quase se diria em tempo recorde, para a dimensão do trabalho que tinha que produzir, que era bem maior do que esta, porque aqui as alterações são subjectivas, ali eram muito subjectivas as que se teriam que produzir. Não temos nenhum tipo de medo, que isto possa criar algum impasse, Sr. Presidente da Mesa, até porque estamos tão interessados numa gestão ágil e célere dos assuntos do município, como, creia-me, estará o Executivo Municipal e estarão as outras bancadas. Não temos nenhum tipo de receio, de que a Câmara Municipal, após as alterações que eventualmente essa Comissão poderia produzir, tivesse a atitude de retirar o documento e deixar a Comissão descalça e a Assembleia descalça, não temos. Sei que estamos a lidar com pessoas de boa fé e com pessoas cujos objectivos no fundo são os mesmos. Pelo exposto, não retiramos a proposta da Comissão. Antes apelamos ao bom senso, apelamos ao consenso, e apelamos a que, já que antes isso não foi feito e poderia ter sido: reunido a Conferência de Líderes, preparar o debate deste documento no seio de uma comissão que integrasse os líderes de bancadas e a discussão teria sido muito mais pacífica, mais simples e se calhar mais bem preparada por todas as partes. Já que não foi feito antes, e com o compromisso claro de que a Comissão trabalharia com a celeridade possível, no sentido do mais rapidamente possível apresentar o documento aqui.

A bancada do PP, mantém a sua posição e pede que o bom senso impere e que esta Comissão seja efectivamente criada.”

Vogal Raúl Martins:

“Dado o adiantado da hora, gostaria que se passasse imediatamente à votação da proposta do CDS/PP, dado que é uma hora e meia da manhã.”

Vogal António Salavessa:

“Eu estou convencido que se estivéssemos nesta situação há dois anos atrás, em que a situação fosse a inversa, o PS estava a apresentar uma proposta de Comissão, não tenho dúvida nenhuma.

Segundo, a bondade que alguns membros desta Assembleia evocaram relativamente a trabalhadores do município, portanto, em relação à urgência da aprovação deste documento, eu afirmo para que fique registado, que também houve trabalhadores deste município que manifestaram as mais profundas reservas em relação a este documento. Portanto, é isto que também é necessário que fique registado.

Não faz sentido o argumento da pressa, e não faz sentido também o entendimento de uma Comissão, que sendo aprovada funcione sem participação activa, empenhada, da Câmara e de quem na Câmara acompanhou directamente este processo. É só assim que eu a vejo, não vejo outra maneira.”

Vogal Britaldo Rodrigues:

“Sr. Presidente, queria só um minuto, para dizer que na minha intervenção há momentos, depois de eu ter dito de alguma forma o meu sentido de voto, quero deixar bem esclarecido que, não obstante este sentido de voto, não considero minimamente que a proposta formulada pelos nossos colegas da bancada do PP seja pouco séria. Acho que a seriedade existe, não considero

nada uma proposta destrutiva; com a qual neste momento não concordo. Quero deixar isto bem esclarecido.”

Presidente da Câmara:

“Eu acho que talvez seja interessante, para que os grupos possam perceber qual é a atitude da Câmara em relação ao que se está a desenhar. Eu gostava de dizer que por um lado Sr. Salavessa, não se trata de pressa, trata-se de não adiar mais tempo um processo que já está muito atrasado, não houve pressa nenhuma. Não houve pressa na elaboração de um documento que tem quatro anos de preparação (um ano pela nossa parte), nem houve pressa na análise nesta Assembleia, que recebeu este documento há mais de três semanas. Portanto, tiveram todo o tempo para formular hoje as críticas mais certas, e as propostas de alteração que entenderam. Também não entendo que haja má fé na proposta da Comissão de estudo. Acho é que, uma má análise da situação, porque de facto deixem-me dizer isto: eu com toda a franqueza e faço apelo à vossa reflexão sobre todas as críticas que foram aqui ouvidas, nenhuma delas no meu ponto de vista, é evidente que estou a defender a minha dama, mas nenhuma delas foi suficientemente profunda no sentido de ser estrutural e de obrigar de forma absolutamente necessária à revisão do documento, ou à constituição de uma Comissão de estudo e de reflexão, não vi nada de essencialmente grave, profundo. Detectaram-se coisas de forma, o Dr. Candal detectou agora algumas gralhas ali no articulado; sugestões de departamentos que poderiam figurar mas que não figuram. Penso que as respostas foram todas dadas, os esclarecimentos foram todos prestados, não sobra na minha consciência nenhuma crítica suficientemente sólida que justifique o adiamento por mais tempo deste problema. E digo com toda a frontalidade e com o risco de dizer uma coisa que não agrada às pessoas que fizeram essas críticas. Respeito-as muito, mas esta Câmara não tem a ambição (e penso que nenhum dos grupos pode ter), que um documento deste tipo que serve para a Câmara se auto-organizar, possa vir a agradar a gregos e a troianos, a todos os funcionários ou a todas as sensibilidades políticas; nunca se chegará lá. Portanto, eu penso que o processo está francamente esgotado, as críticas serão tidas em conta, mas não vejo nada de substancial que justifique o adiamento por mais tempo. Para concluir, a Câmara não vai retirar a sua proposta. Muito obrigado.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a proposta apresentada pela bancada do PP, para a criação de uma Comissão para estudar e analisar o Regulamento Orgânico, sendo o mesmo rejeitado por vinte e dois votos contra (13PS+9PSD), três abstenções (3PP) e seis votos a favor (5PP+1PCP).

Declaração de voto do vogal:

Vogal Diogo Soares Machado:

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Só para dizer, que votámos conscientemente esta proposta, no sentido daquilo que vimos dizendo, que é necessário oposição construtiva em Aveiro, e ela hoje ficou claramente demonstrada, cabalmente demonstrado, quem é capaz de a fazer e quem não é. Muito obrigado.”

De seguida o Sr. Presidente da Mesa colocou à votação o ponto n.º 5 - Regulamento Orgânico e novo Quadro de Pessoal da Câmara Municipal, sendo o mesmo aprovado por maioria de dezasseis votos a favor (2PP+1PSD+13PS), quatro abstenções (4PP) e onze votos contra (2PP+8PSD+1PCP).

Seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal Filipe Brandão:

“Votámos favoravelmente o Regulamento Orgânico que nos foi proposto, no pressuposto que o mesmo decorre de uma ponderada análise das necessidades e dos meios existentes e que a eles estão associadas a reflexão e o parecer de todos os Serviços e o contributo útil de toda a vereação.

Entendemos que o mesmo documento, permite por um lado dotar os Serviços Camarários de uma estrutura orgânica que corresponda mais eficientemente às novas realidades da vida autárquica e por outro lado criar um enquadramento estatutário susceptível de permitir uma melhor realização profissional dos funcionários da Câmara e mais dignas condições de trabalho.”

Vogal Henrique Diz:

“A bancada do PSD vota contra a proposta do Quadro de Pessoal do Município e Regulamento Orgânico e apresenta a seguinte declaração: A bancada do PSD, reconhece o direito e a legitimidade das expectativas de progressão na carreira dos funcionários da Câmara Municipal de Aveiro, no entanto, entende dever proteger as mesmas expectativas, evitando que seja aprovado um regulamento orgânico, cuja base se revela completamente desajustada da experiência moderna em organizações.

A bancada do PSD, não pode deixar de manifestar a sua repulsa pela atitude do Sr. Presidente da Câmara, que reclamando constantemente por uma oposição construtiva, se recusa a aceitar como válidas, todas as propostas de alteração apresentadas, mesmo aquelas que visam corrigir aspectos técnicos e formais, do regulamento apresentado.”

Vogal Armando Vieira:

“Começo por dizer que inicialmente vinha com a intenção de votar a favor esta proposta. Face às explicações colhidas que eu finalmente obtive da Câmara quanto a um grupo de funcionários, em que eu tenho que dizer claramente, que se inclui a minha mulher; e penso que não é ilegítimo eu fazer isso. Eu não tenho nada a esconder, estou a dizer aqui a verdade. Eu acho que há um grupo de funcionários que está a ser absolutamente desprezado pela Câmara Municipal de Aveiro, porque viram as suas carreiras extintas e a Câmara Municipal de Aveiro, ao fim de oito meses - de um requerimento de esse conjunto de funcionários, não lhe deu qualquer resposta.

Independentemente das ilações que possam tirar desta minha forma franca de estar nas coisas, como eu sei estar, e das ilações políticas que daí possam advir, e das críticas que possam advir - esta é a verdade dos factos. Como tal devo dizer-lhe já agora também, que tenho dito à pessoa em questão, que logo que possa, ou tão rápido quanto possa, faça o favor de abandonar a Câmara porque está a ficar com problemas graves de saúde, tem trabalhado como eu nunca a vi trabalhar na Câmara; e não estou a ver a Câmara a respeitar os funcionários convenientemente, nomeadamente a pessoa que citei.

Daí, eu ao ter visto que vai acontecer uma coisa muito desagradável para esse grupo de funcionários, foi a razão que me levou a votar contra, para além das questões que levantei aqui, que não são despidiendas.”

Vogal Diogo Soares Machado:

“Em nome do Dr. Capão Filipe e meu, para dizer que votámos contra este documento por três razões: primeira, porque tendo ouvido um infindável leque de opiniões e pareceres em relação à construção deste documento, a Câmara Municipal de Aveiro, não se dignou reconhecer à

Assembleia Municipal de Aveiro, a sua merecida importância na construção de um documento que poderá marcar decisivamente a evolução do concelho de Aveiro nos próximos anos.

Em segundo lugar, porque rejeitamos terminantemente que aqui possa ser dito, que nenhuma das bancadas produziu alguma crítica de fundo, susceptível de redireccionar a filosofia do documento.

A terceira razão, Sr. Presidente, é porque apesar de alegadamente as boas sugestões aqui produzidas, poderem ser contempladas no documento, no dizer do Sr. Presidente da Câmara, a verdade é que o facto está consumado, o documento está fechado e o assunto está encerrado.

E por esta razão também, porque nenhuma das sugestões aqui apresentadas vai ser englobada ou incluída neste documento, votámos contra. Muito obrigado.”

Vogal António Salavessa:

“Tendo sido evidenciadas no debate, pela minha intervenção e de outros membros da Assembleia: limitações, insuficiências, deficiências neste Regulamento e neste Quadro, não me podia restar outra posição que não fosse a de votar contra, perante a recusa desta câmara em constituir uma Comissão que o pudesse aperfeiçoar.”

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia a acta em minuta respeitante a esta reunião. Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade e cujo texto se anexa fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando e dado o adiantado da hora, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião, convocando nos termos regimentais a próxima reunião da presente Sessão para o dia 24 de Maio de 1999 (segunda-feira), pelas 21:00 horas.

Eram 02:00 horas do dia 20 de Maio.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte a gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião e vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.